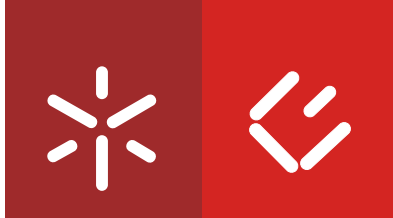




Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Susana Maria da Silva Oliveira

**A influência dos incentivos governamentais
na criação de emprego: O caso do Programa
de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação
do Próprio Emprego**



Universidade do Minho
Escola de Economia e Gestão

Susana Maria da Silva Oliveira

**A influência dos incentivos governamentais
na criação de emprego: O caso do Programa
de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação
do Próprio Emprego**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Administração Pública

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Isabel Maria Macedo de Pinho

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



**Atribuição
CC BY**

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Doutora Isabel Macedo pela sua orientação.

Agradeço aos meus pais pelo apoio prestado ao longo destes dois anos e na retaguarda familiar que me libertou para o projeto do mestrado.

Ao, Rui, meu marido, por acreditar que este seria um projeto que eu deveria terminar.

Acima de tudo, agradeço aos meus filhos: Francisco, Henrique e João por sempre acreditarem na mãe.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

A influência dos incentivos governamentais na criação de emprego: O caso do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego

RESUMO

Num mundo em permanente mudança, em que as crises surgem de forma cíclica, o desemprego parece ser uma questão central sempre que abordamos a crise económica

Os estados debatem-se com a necessidade de criar postos de trabalho sempre que a situação económica se reflete no desemprego, tornando-se, assim, vital os incentivos económicos e financeiros colocados à disposição dos desempregados inscritos nos centros de emprego destinatários das políticas públicas de incentivo à criação do próprio emprego.

Ser empreendedor pode assim ser uma questão de perfil ou então da mera circunstância de desemprego em que o desempregado se encontra, tornando-se um meio para o regresso ao mercado de trabalho.

Os incentivos da criação do próprio emprego podem traduzir-se em acesso ao crédito, prestações de desemprego, isenções, formação em empreendedorismo e outros, mas o seu objetivo é sempre o mesmo: gerar emprego.

Palavras-chave: criação do próprio emprego, desemprego, políticas públicas de emprego.

The influence of government incentives on job creation: The case of the Entrepreneurship Support Program and Job

ABSTRACT

In a world characterised by constant changes with economic crises arising cyclically, unemployment seems to be a central issue. All over the world, governments are struggling with the need to create jobs whenever the economic situation leads to unemployment. Within this context, it is vital to conceive economic and financial incentives to the unemployed population. Some programs have been launched targeting to those unemployed who are enrolled in employment centers. The main goal behind these public policies is to encourage the creation of people's own employment.

Being an entrepreneur can thus be a question of profile or a consequence of being unemployed.

The incentives for creating one's own employment can imply a wide range of situations such as, access to credit, unemployment benefits, exemptions, entrepreneurship training among others. Yet, the aim is to promote employment while contributing to the society well-being.

Keys words: self-employment, employment public policies, unemployment.

INDICE

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS.....	II
AGRADECIMENTOS	III
DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	IV
RESUMO.....	V
ABSTRACT	VI
INDICE	VII
INDICE DE TABELAS.....	IX
INDICE DE GRÁFICOS.....	XI
1 INTRODUÇÃO	1
1.1. Definição e Enquadramento do tema	3
2 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS DO ESTUDO.....	5
2.1 Estrutura e organização da dissertação	5
3 REVISÃO DE LITERATURA.....	7
3.1 Enquadramento Teórico	7
3.2 Contextualização histórica	9
3.3 Efeito Schumpeter e Efeito Fuga.....	10
3.4 Caracterização do Programa de Apoio ao Emprego e Empreendedorismo	12
3.5 Incentivos Públicos e Emprego: Enquadramento internacional	15
3.6 A importância da Forma Jurídica.....	16
3.7 Caracterização do Serviço Público de Emprego	17
3.8 Caracterização do Empreendedor.....	23
3.9 Custos da Segurança Social	32
4 ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	38
4.1 Design de investigação	38
4.2 Recolha de Dados.....	38

4.3 Método.....	39
4.3.1 CPE - Criação de Postos de Trabalho.....	39
4.3.2. Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE.....	41
4.3.3 Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego.....	43
4.3.4 Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE.....	46
4.3.5 Investe Jovem.....	47
4.3.6 Taxa de Desemprego.....	49
4.3.7 Com as Variáveis Independentes Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE, Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego e Investe Jovem.....	51
4.3.8 Com as Variáveis Independentes Total de Abrangidos e de Pagamentos, em todos os programas.....	55
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	61
6 CONCLUSÃO.....	63
6.1 Estudos Futuros.....	64
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	66
7.1 Páginas eletrônicas exploradas.....	69
7.2 Legislação utilizada.....	69

INDICE DE TABELAS

Tabela 1 Inscritos nos Centro de Emprego de Portugal Continental 1	18
Tabela 2 Inscritos nos Centro de Emprego de Portugal Continental por sexo.....	19
Tabela 3 Inscritos nos Centros de Emprego de Portugal Continental por faixa etária.	20
Tabela 4 Inscritos nos Centro de emprego de Portugal continental por escolaridade.	21
Tabela 5 Inscritos nos Centros de Emprego de Portugal Continental por Distrito	22
Tabela 6 Tipologia de empresas de acordo com a União Europeia.....	26
Tabela 7 Número de Empresas quanto à Forma Jurídica.....	27
Tabela 8 Custos da Segurança Social com subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.	32
Tabela 9 Desemprego entre 2009 e 2019 por sexo e faixa etária	35
Tabela 10 Inscritos em Centros de Emprego de Portugal Continental entre 2009 e 2019 por sexo	37
Tabela 11 Dados CPE - Criação de Postos de Trabalho	39
Tabela 12 Estatísticas: CPE - Criação de Postos de Trabalho.....	41
Tabela 13 Dados Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE.....	41
Tabela 14 Estatísticas: Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE	43
Tabela 15 Dados Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego	43
Tabela 16 Estatísticas: Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego.....	45
Tabela 17 Estatísticas: CPE - Criação de Postos de Trabalho.....	46
Tabela 18 Dados Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE.....	46
Tabela 19 Dados Investe Jovem.....	47
Tabela 20 Estatísticas: Investe Jovem	48
Tabela 21 Dados Taxa de Desemprego	49
Tabela 22 Dados Taxa de Desemprego (Média Anual)	50
Tabela 23 Estatísticas: Taxa de Desemprego (Média Anual).....	51
Tabela 24 Coeficientes de determinação.....	51
Tabela 25 ANOVA e Teste F	52
Tabela 26 Coeficientes das variáveis no modelo e nível de significância.....	52
Tabela 27 Estatística Levene.....	54
Tabela 28 Estatística Lilliefors.....	54

Tabela 29 FIV	55
Tabela 30 Dados Total abrangidos e Total pagamentos	56
Tabela 31 Estatísticas: Total abrangidos e Total pagamentos.....	57
Tabela 32 Coeficientes de determinação.....	58
Tabela 33 ANOVA e Teste F	58
Tabela 34 Coeficientes das variáveis no modelo e nível de significância.....	58
Tabela 35 Estatística Levene.....	59
Tabela 36 Estatística Lilliefors	60
Tabela 37 Valores FIV.....	60

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Global Entrepreneurship Monitor, 2021/2022.....	25
Gráfico 2 Global Entrepreneurship Monitor, 2021/2022.....	26
Gráfico 3 Percentagem de Emprego por Conta Própria	31
Gráfico 4 com custos da Segurança Social com subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego	33
Gráfico 5 Gastos da OCDE com prestações de desemprego	34
Gráfico 6 Dados CPE - Criação de Postos de Trabalho (Metas e Abrangidos).....	40
Gráfico 7 Dados CPE - Criação de Postos de Trabalho (Dotação e Pagamentos).....	40
Gráfico 8 Dados Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE (Metas e Abrangidos)	42
Gráfico 9 Dados Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE (Dotação e Pagamentos)	42
Gráfico 10 Dados Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego (Metas e Abrangidos)	44
Gráfico 11 Dados Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego (Dotação e Pagamentos)	44
Gráfico 12 Dados CPE - Criação de Postos de Trabalho (Dotação e Pagamentos)	45
Gráfico 13 Dados Investe Jovem (Metas e Abrangidos)	47
Gráfico 14 Dados Investe Jovem (Dotação e Pagamentos).....	48
Gráfico 15 Taxa de Desemprego (Média Anual)	50
Gráfico 16 Total abrangidos	56
Gráfico 17 Total pagamentos	57

1 INTRODUÇÃO

Durante quase uma década, a taxa de desemprego teve uma tendência decrescente, nomeadamente depois da crise financeira que teve início em 2007. Podemos considerar que esta tem vindo sempre a sofrer um decréscimo depois da crise das dívidas soberanas.

Mais recentemente, aquando da declaração do primeiro confinamento em março de 2020, Portugal encontrava-se com uma taxa de desemprego baixa, na ordem dos 7%. A economia manifestava uma tendência de crescimento, menos acelerado é certo, mas sobretudo graças à atividade turística.

Com a crise pandémica veio a crise económica. Escolas, comércio não essencial, restauração e, genericamente, todas as atividades comerciais foram encerradas, ou sofreram fortes limitações à sua atividade. Privilegia-se o ensino à distância e o teletrabalho, e os serviços públicos apenas atendem com marcação prévia.

O mundo acorda para uma realidade que desconhecia. De repente tudo aquilo que tínhamos como garantido e que permitia a atividade económica tinha consequências na saúde pública. E é precisamente neste campo que as coisas se complicam e que se tornam um enorme desafio para as autoridades públicas e respetivos governos: como gerir os sistemas nacionais de saúde que, em diversos países e momentos foram colocados à prova. Quase todos já conhecíamos a expressão “medicina de catástrofe”, mas nunca o mundo se tinha confrontado com esta realidade e com as consequentes questões éticas que a mesma levanta aos profissionais de saúde.

A questão sobre a importância em controlar a crise sanitária ou colocar o ênfase na economia, permitindo que esta funcionasse, não foi consensual. Ainda atualmente, há estados que não parecem conseguir encontrar equilíbrio entre saúde pública e economia. Quer porque se recusam a confinar ou porque, simplesmente, fazê-lo agravaria ainda mais as dificuldades económicas e a sobrevivência das suas populações.

Portugal, com o produto interno bruto em queda e a despesa pública a subir em flecha fruto da despesa com os apoios sociais pagos a desempregados, país a prestar apoio a crianças, empresas em lay-off, bem como nas ajudas à retoma da atividade económica das empresas, apresenta uma subida na taxa de desemprego e assiste-se a uma maior precariedade do emprego.

Depois de mais de uma década em que a taxa de desemprego se manteve relativamente mais elevada, o emprego criado é também ele mais precário e pior remunerado, fruto das alterações introduzidas pelo período em que a Troika esteve em Portugal.

E é no ano que Portugal conhece o seu primeiro excedente orçamental que, mal saídos de uma crise profunda, a economia se vê obrigada a parar em favor da saúde pública e do Sistema Nacional de Saúde. É este último que, de acordo com dados do Conselho de Ministros de 01.10.2020, se torna o grande empregador nacional, com quase 3000 admissões entre 2020/2021.

Neste cenário, assiste-se a uma situação em que Portugal com a pandemia considerada controlada, aliada a uma elevada taxa de vacinação, avança para um regresso praticamente ao período pré-pandemia, com tudo o que de positivo isso trouxe à economia, embora a guerra na Ucrânia e a subida dos combustíveis nos leve para valores de inflação historicamente elevados.

Se a crise esperada for semelhante à última vivida em Portugal, bem como a respetiva taxa de desemprego, criar o próprio emprego pode muito bem ser a solução e o único recurso para o regresso ao mercado de trabalho de muitos portugueses. De acordo com Congregado et al (2010) é em períodos de crise e altas taxas de desemprego que tendencialmente mais desempregados tentam criar o seu próprio emprego, fruto do chamado push effect.

Estes apoios chegam muitas vezes sob a forma de subsídios, garantias, empréstimos e serviços de consultoria tendo em vista o apoio dos desempregados na criação do seu próprio posto de trabalho Elezaj et al (2019)

Para muitos desempregados o mercado não parece ter resposta para o regresso ao ativo. E embora o chamado efeito fuga possa ser considerado uma resposta à situação de desemprego, para os mesmos autores, ele nem sempre atrai o melhor tipo de empreendedores uma vez que os desempregados arriscam a sua reentrada no mercado de trabalho em tempo de crise, podendo, mais tarde, levar a que mais rapidamente regressem à situação de desemprego Congregado et al (2010).

Tal facto, pode estar relacionado com a falta de um verdadeiro perfil de empreendedor nos trabalhadores que criam o seu próprio emprego em tempos de maiores dificuldades económicas.

Genericamente, Card et al (2018) consideram que enquanto o apoio à procura de emprego, constitui uma espécie de tutoria, ele tem mais sucesso junto de desempregados menos qualificados, os incentivos na criação do próprio posto de trabalho identificados por Elezaj et al (2019), por seu turno parecem ter mais eficácia junto de desempregados de mais longa duração.

A eficácia dos apoios ao empreendedorismo na criação de postos de trabalho é apesar de tudo um tema ainda envolto em alguma controvérsia, havendo pelo menos um aspeto que gera consenso: a

literatura é escassa e insuficiente para aclarar a real eficácia dos diferentes apoios e políticas públicas de criação do próprio emprego na taxa de desemprego.

1.1. DEFINIÇÃO E ENQUADRAMENTO DO TEMA

Criar o próprio negócio pode, neste contexto, revelar-se uma alternativa para enfrentar a situação de desemprego. Muitos encaram a recente “febre” do empreendedorismo como uma moda, mas o facto é que vários desempregados a percebem como a única forma de não integrarem a longa lista de desempregados inscritos nos centros de emprego

Interessa também perceber as diferenças existentes no perfil dos desempregados, uns que em face do desemprego aproveitam os incentivos financeiros estatais para criarem o seu posto de trabalho. Mas outros há, também, que em face de uma oportunidade que o mercado proporciona, se candidatam aos mesmos incentivos numa perspetiva que os economistas designam por efeito Schumpeter, ou seja, na perspetiva deste economista é a postura empreendedora que reduz o desemprego, isto é, grande parte dos postos de trabalho são criados pelas firmas em emergência.

Efetivamente os programas de incentivos estatais a que se candidatam não os distinguem, mas o que é facto é que embora a sua motivação, e sobretudo, a sua capacidade empreendedora é diferente.

A literatura neste domínio demonstra que os segundos têm “competências” que o mercado identifica como empreendedoras. Reimeikiene e Startiene (2009) consideram que estes avançariam com uma start-up, independentemente dos incentivos financeiros ao dispor. Por seu turno, os que criam o seu próprio emprego numa perspetiva de “fuga” ao desemprego, de acordo com vários estudos, dificilmente o fariam de outra forma

Neste contexto, o presente estudo tem como principal objetivo analisar o papel dos incentivos governamentais na criação de emprego. No âmbito do estudo, será analisada uma medida de Política Pública do Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego (PAECPE) que conta já cerca de 13 anos de existência, embora a presente análise incida entre os anos de 2009 e 2019.

Com enquadramento legal previsto na portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro com alterações introduzidas pela Portaria n.º 58/2011 de 28 de janeiro, pela Portaria 95/2012, de 4 de abril e pela Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, o referido programa tem com objetivos principais: o apoio à criação de empresas de pequena dimensão que

originem a criação de emprego e contribuam para a dinamização da economia local, mas também o apoio à criação do próprio emprego por parte de beneficiários das prestações de desemprego.

Num país em que, de acordo com dados de 2017 do INE, 16.9% da população empregada é trabalhador por conta própria, embora a esmagadora maioria o faça sem trabalhadores a cargo, interessa perceber qual a real influência desta forma de trabalho numa taxa de desemprego que antes da pandemia Covid 19 se encontrava em níveis historicamente baixos, na ordem dos 6%.

Mais recentemente e, de acordo com dados do INE, no último trimestre de 2021 deverá ficar nos 6.5%.

A tendência de subida na taxa de desemprego a nível mundial, mas sobretudo em território nacional, é muitas vezes acompanhada pelo relançar da questão do empreendedorismo, uma vez que é em momentos como este da história que mais desempregados que se veem na situação de desemprego são impelidos pelo chamado “efeito fuga” e arriscam o próprio emprego.

Pelo contrário, Bergman e Sternberg (2007) afirmam que indivíduos residentes em países cujo sistema de segurança social proporcione prestações sociais mais vantajosas podem ser levados a permanecer mais tempo na condição de desempregados e terem menor tendência para o empreendedorismo. Neste sentido, afigura-se relevante analisar qual a real influência do PAECPE na taxa de desemprego.

2 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO E OBJETIVOS DO ESTUDO

Em síntese, os governos mundiais confrontados com crises económicas e com elevadas taxas de desemprego a que estas estão associadas, encontram na intervenção do estado na economia uma resposta para o controlo do nível de emprego e o aumento da empregabilidade de cidadãos que de outra forma dificilmente regressariam ao mercado de trabalho.

De acordo com Ritsila e Tervo (2002), o empreendedorismo não é a situação que idealmente desejariam, mas o menor dos males face às dificuldades no regresso ao mercado de trabalho.

Por seu turno, Acs e Evevans (1994) defendem que é em períodos de altas taxas de desemprego que a criação do próprio emprego parece mais atrativa.

Os incentivos públicos à criação do próprio emprego são uma importante ferramenta que os estados utilizam tendo em vista criar postos de trabalho e aumentar o crescimento económico. De acordo com a *Green Paper* da Comissão Europeia de 2003, a principais contributos do empreendedorismo no emprego são: Criação de Emprego, Crescimento Económico, Melhoria da Competitividade, Utilização do Potencial dos Empreendedores e Exploração do Interesses da sociedade (proteção do ambiente, produção de serviços de educação e saúde e segurança social).

Por vezes, nem sempre é clara a relação entre o empreendedorismo e a criação de emprego, suscitando a necessidade de estudos cujo interesse alia académicos e decisores políticos. Talvez por isso, e de acordo com Reynolds (1991), seja alvo de tanta atenção por parte da literatura.

Tendo por base a argumentação apresentada anteriormente, apresentam-se de seguida as questões de partida, à luz das quais se orientará o presente estudo:

- (1) Em que medida os incentivos governamentais promovem o emprego?**
- (2) Em que medida a criação do próprio emprego influencia o nível de emprego?**

A procura de respostas para estas questões possibilitará a concretização do principal objetivo deste estudo: Analisar a real eficácia das políticas públicas de incentivo financeiro à criação do próprio emprego.

2.1 ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

A presente dissertação está dividida em quatro partes. Uma primeira parte que contempla a definição e o enquadramento do tema, onde será feita uma breve apresentação do tema e a sua contextualização.

Na segunda parte, a revisão de literatura será dado o suporte da literatura sobre os incentivos à criação do próprio emprego, bem como a estatística relacionada com o tema. Numa terceira parte será feita a abordagem metodológica e o design de investigação.

Por último serão discutidos os resultados, desenvolvida a conclusão e proposta de estudos futuros.

3 REVISÃO DE LITERATURA

3.1 ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Assim sendo, torna-se importante fazer um enquadramento e uma contextualização do conceito de incentivo público, tanto a nível mundial como nacional, analisando o nível de emprego associado a momentos distintos da história portuguesa relacionando os mesmos com o contexto económico, político e social vividos.

A literatura também nos permite distinguir o impulso que define o acesso aos incentivos governamentais, sejam eles o chamado “efeito fuga” da situação de desemprego ou, ao invés, uma oportunidade de criar uma start-up relacionada com características intrínsecas empreendedoras do candidato, ou *push effect*.

De acordo com Caliendo e Künn (2011), as Políticas Públicas Ativas de Emprego têm um duplo efeito positivo na geração de emprego, porque uma vez que o futuro empresário recebe o capital ou qualquer outro estímulo, cria o seu próprio posto de trabalho, saindo assim da condição de desempregado, o que baixa, por inerência, a taxa de desemprego. Muitas vezes, o mesmo empresário também cria postos de trabalho. Neste cenário, sim, a taxa de desemprego poderá sofrer um decréscimo mais significativo.

Esta também é uma perspetiva partilhada por Laffineur et al (2017) que identificam dois efeitos positivos nas políticas de apoio à criação do próprio emprego: um primeiro relacionado com o estímulo do empreendedorismo entre a população desempregada, permitindo o regresso destes ao mercado de trabalho, mas também a possibilidade destes empresários se tornarem responsáveis pela criação de outros postos de trabalho, além dos seus.

Contrariando estas perspetivas, Caliendo e Kritikos (2010), acreditam que o grande objetivo das Políticas Ativas de Criação do Próprio Emprego é o de manter hábitos de trabalho durante períodos de elevadas taxas de desemprego, bem como prevenir situações de desemprego de longa duração, uma vez que de acordo com o perfil que identificam, estes desempregados têm um perfil, muitas vezes, de baixas competências comparados com os empreendedores “por vocação” ou “oportunidade”, ou seja, aqueles identificados pelo economista austríaco Schumpeter.

As iniciativas no domínio das Políticas Públicas como o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e a Criação do Próprio Emprego, têm sido objeto de estudo a nível mundial, aliando o interesse da comunidade científica e dos decisores políticos no sentido de perceberem qual o

custo/benefício na criação de cada posto de trabalho, sobretudo a longo prazo, em comparação com o simples pagamento dos benefícios sociais das prestações de desemprego.

Num destes estudos foi aplicado um design experimental por Dvoulety e Lukes (2016), no qual foram analisados dois grupos: um a quem os estímulos de natureza financeira de empreendedorismo foi aplicado, e um outro que não sofreu qualquer tipo de estímulo. Os autores concluíram que a taxa de sobrevivência das empresas criadas através do acesso aos estímulos tem uma taxa de sobrevivência mais elevada, mas a criação de riqueza é francamente inferior à do grupo não submetido aos estímulos. Ponderando as virtudes e as fraquezas associados a este tipo de Política Pública, os autores defendem que esta não só não deve ser desprezada, como inclusive deve ser objeto de uma cooperação mais estreita entre os decisores políticos e a comunidade científica.

Em consonância, Hamilton (2000) e Astebro (2016) defendem que o empreendedor ganha cerca de menos 15% do que um trabalhador por conta de outrem nas mesmas funções ganharia. Mesmo assim, e de acordo com Acs et al (2016), Portugal, tal como a Polónia e os Estados Unidos, fazem parte de um grupo considerável de países em que cerca de três quartos da população ativa considera mais vantajosa a situação de empreendedor.

E a que se deve tal facto? Hundley (2001) identifica diversas causas, entre elas a realização profissional, mais autonomia, flexibilidade e segurança ou estabilidade profissional. Aliás, de acordo com Astebro (2012), apenas 19.5% dos empreendedores identifica razões financeiras como causa da sua atividade autónoma.

Fayolle et al (2017) no seu estudo identifica que grande parte dos países da OCDE têm previsto programas de incentivo à criação do próprio emprego, concluindo que estes são mais vantajosos junto do empreendedorismo por necessidade e menos nos empreendedores por oportunidade. Os mesmos autores concluem que estes incentivos atraem mais os candidatos em “efeito fuga” do desemprego mas também que o chamado efeito Schumpeter, ou seja, o empreendedor de oportunidade, avançaria com o seu próprio negócio independentemente da existência ou não do estímulo aplicado.

Na Alemanha, país com níveis de empreendedorismo extremamente baixo, entre 10% e 11%, relativamente à população ativa (abaixo da média dos países da OCDE) e taxas de desemprego elevadas (entre 7.3% e 9.1%, na década de 1994 e 2004), vigoram dois programas de apoio à criação do próprio emprego (Baumgartner e Caliendo, 2008). Os incentivos são considerados bastante favoráveis o que leva a que, de acordo com Williams e Williams (2012), não só ocorra o efeito fuga por parte dos desempregados, mas também junto da população empregada que troca a segurança de um trabalho subordinado, pela aventura de uma start-up.

E é sobretudo em países cuja segurança social é mais generosa em termos de benefícios sociais, nomeadamente a prestação de desemprego, que não só menos desempregados arriscam o trabalho por conta própria, bem como menos trabalhadores por conta de outrem arriscam o trabalho independente (Parker e Robson, 2004).

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

Com a criação do chamado microcrédito em 1976, no Bangladesh, e a passagem de uma economia de gestão para uma economia de empreendedorismo que caracterizou os anos 80, estão reunidas as condições para que na economia mundial ocorresse uma mudança de paradigma em que as grandes empresas dão lugar a pequenos e micro negócios.

Do ponto de vista económico, Portugal enfrentou dois grandes choques externos que alteraram a sua evolução e, conseqüentemente, a taxa de desemprego: a crise petrolífera de 1972-1973, seguida da revolução de 1974, bem com a sua entrada na União Europeia em 1986.

Apesar de no período pré-revolução de abril, o panorama empresarial integrar grandes empresas, agrupadas por setores, as quais beneficiavam da proteção do estado, Portugal, ao contrário da restante Europa, detinha um elevado número de trabalhadores por conta própria, maioritariamente nos setores da agricultura e comércio a retalho (Batista, Turik 2006). Tratava-se de um empreendedorismo de subsistência que, aliado à emigração em grande escala e à mobilização da força de trabalho para o exército que combatia nas colónias africanas, resultava numa taxa de desemprego bastante baixa.

Com a queda do regime, em abril de 1974, Portugal recebeu quase meio milhão de retornados e a indústria e os serviços financeiros foram nacionalizados, tendência que só se inverte nos anos 80 com a entrada de Portugal na União Europeia, de acordo com Baptista e Thurik (2007).

Também os programas de assistência financeira do FMI nos períodos de 1977-1978 e 1982-1983 foram acompanhadas de deficits monetários e baixo crescimento económico, levando a períodos de recessão.

As dificuldades eram combatidas com a intervenção do estado em setores chave e a criação de postos de trabalho ocorria, sobretudo, na administração pública.

Com a adesão de Portugal à União Europeia em 1986, assistimos ao direcionar das políticas públicas no sentido da coesão. O que passava, muitas vezes, pelo investimento de fundos comunitários no apoio financeiro ao investimento privado, surgindo, assim, grandes corporações.

Vivemos sobretudo um período em que as start-up's se encontram em expansão, mas também a um grande investimento em investigação e desenvolvimento.

À semelhança da realidade portuguesa temos a realidade espanhola onde, de acordo com Verhenl et al (2006), a escala das empresas se situa a um nível micro, com um número de empregados compreendido entre um e nove trabalhadores, sendo aliás a esmagadora maioria das empresas desta dimensão.

Os mesmos autores consideram que a realidade espanhola é pouco favorável à criação de negócios, quer pelos elevados custos associados ao processo, como pela falta de financiamento, passando por um sistema fiscal pouco potenciador de uma postura empreendedora. Tudo somado, leva a que os autores considerem que o real efeito do empreendedorismo sobre a taxa de desemprego seja pouco significativo.

Audretsch et al (2005) estudaram ao longo de quatro anos as mudanças na criação do próprio emprego e o desemprego e concluíram que o impacto da criação de emprego através do efeito Schumpeter não é imediato. São necessários alguns anos para que o crescimento possa ocorrer. Os autores vão mais além e argumentam que este efeito empreendedor defendido pelo economista austríaco demora, em média, oito anos a produzir efeitos significativos visíveis.

A nível mundial, por seu turno, o início da década de 90 foi também marcado por uma recessão que levou ao aumento da taxa de desemprego, mas também ao aumento da criação dos negócios próprios, de acordo com os números da OCDE. Segundo dados da mesma organização, Portugal mantém esta tendência que só se inverte no final da referida década, em 1998.

3.3 EFEITO SCHUMPETER E EFEITO FUGA

Audrestsch, Carree e Thurik (2001) defendem duas relações distintas entre desemprego e empreendedorismo: a primeira, o chamado “efeito fuga” no qual o desemprego empurra as pessoas à criação do próprio emprego; em segundo, o chamado “efeito Schumpeter” (com origem no economista austríaco do século XX, Joseph Schumpeter) que sustenta a tese de que elevadas percentagens de empreendedores têm como consequência direta aumento da criação de emprego e crescimento económico.

Neste sentido, de acordo com o inquérito realizado pelo INE, no segundo trimestre de 2017 sobre o trabalho por conta própria (TCP), 20.7% dos inquiridos admitiram que a principal razão para se tornarem trabalhadores por conta própria estava relacionada com o facto de uma boa oportunidade ter ocorrido, o chamado “efeito Schumpeter”, em contrapartida, 13.3%, atribui o seu empreendedorismo

meramente ao “efeito fuga”, ou seja, a falta de emprego por conta de outrem relacionada com a situação de desemprego.

Baptista e Turik (2007) estudaram a influência do chamado “efeito Schumpeter” no caso concreto de Portugal e confirmaram que tanto no nosso país, como nos restantes países da OCDE o empreendedorismo é uma importante ferramenta na descida da taxa de desemprego, mas de acordo com Turik et al (2008), tal ferramenta não surte efeitos significativos imediatos. Os efeitos visíveis apenas podem ser considerados relevantes a médio e longo prazo. Tal facto, poderá explicar-se pelos custos dos ajustamentos que dilatam o período compreendido entre a formação das empresas e o seu crescimento e criação efetiva de emprego. Os mesmos autores concluem que as políticas públicas em matéria de emprego seriam mais eficazes na criação de emprego e, conseqüente redução de desemprego, se colocassem o foco na inovação e desenvolvessem capacidades empreendedoras, do que se limitarem a tentar resolver o desemprego por via da criação do próprio emprego.

Aliás, para Batista e Turik (2007) o tipo de empreendedorismo português é típico dos países do sul da Europa, em que tal como Itália e Grécia, e ao contrário dos países da Europa Central e países escandinavos, se verifica uma criação de próprios negócios de escala micro, de natureza essencialmente de subsistência, normalmente apenas com uma pessoa ao serviço (de acordo com o INE 2007, cerca de 72.5%), e que não se traduz em crescimento económico significativo.

De acordo com Conceição, Heitor e Veloso (2003), o hiato de tempo compreendido entre a adoção de uma determinada tecnologia ou inovação e o aumento da produtividade é, em Portugal, bastante significativo. Os autores defendem a tese de que a introdução de inovação leva a um impacto considerável, tendo como conseqüências uma diminuição da produtividade e conseqüente quebra no crescimento.

Autores como Carre e Turik (2010) consideram os empreendedores um contributo significativo para o desenvolvimento dos países, através do acesso a incentivos previstos nas políticas públicas de criação do próprio emprego (Dvonlety e Lukes, 2016) que estimulam o empreendedorismo, como é o caso de: empréstimos em investimentos, garantias, acesso antecipado a prestações de desemprego, isenções, crédito não reembolsável, incentivos, redução de taxas e formação em empreendedorismo para futuros empresários. Shane (2009) considera que este tipo de incentivos atrai aquilo que considera serem os “piores tipos de empreendedores”, caracterizados pelo “efeito fuga” resultado da situação de desemprego em que muitos se encontram. Mason e Brown (2009) identificam-nos como “unicórnios”, por contraposição aos empreendedores impelidos pelo chamado efeito “Schumpeter”.

Nesta linha de pensamento, Fayolle et al (2017) acrescenta que é muito pouco provável que os chamados empreendedores por necessidade tenham como grande prioridade a inovação e o lucro em grande escala, uma vez que esta postura invariavelmente, implica a contratação de recursos humanos, não sendo este o objetivo deste tipo de empresários. Podemos, portanto, concluir que empreendedores por necessidade e por oportunidade têm diferentes impactos na economia e na criação de postos de trabalho.

Apresentados os aspetos teóricos relevantes que integram a revisão de literatura deste estudo, importa agora caracterizar, ainda que de forma breve, o Programa de Apoio ao emprego e ao empreendedorismo que servirá de base ao estudo empírico.

3.4 CARACTERIZAÇÃO DO PROGRAMA DE APOIO AO EMPREGO E EMPREENDEDORISMO

Efetivamente, podemos questionar sobre quantos dos trabalhadores independentes registados são, de facto, “independentes” uma vez que muitos, fruto da emergência de novas formas de atividade laboral, mas também da externalização de várias funções dentro das empresas, são antigos colaboradores da empresa, com quem já não mantêm uma relação de trabalho subordinado. Esta relação, que muitas vezes assegura grande parte dos rendimentos, é claramente precária e mais frágil, do ponto de vista legal, do que um contrato de trabalho, embora com a entrada em vigor do Decreto-Lei 65/2012, de 15 de março, tenha ficado estabelecido o regime jurídico de proteção social na eventualidade de desemprego dos trabalhadores independentes.

De acordo com Card et al (2018) os programas de apoio ao emprego e empreendedorismo, tendem a ser melhor sucedidos junto de públicos com mais baixas habilitações, enquanto que os subsídios são mais eficazes junto do designado desemprego de longa duração, sendo particularmente eficazes em períodos de baixo crescimento e elevadas taxas de desemprego.

O Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, está subdividido em quatro tipos de apoios distintos: o Apoio à Criação de Empresas, o Apoio à Criação do Próprio Emprego por beneficiários de prestações de desemprego, o Investe Jovem e o Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos.

O primeiro e o terceiro consistem num apoio financeiro, sob a forma de crédito bonificado, com garantia bancária, como é o caso do Apoio à Criação de Empresas. Pode também traduzir-se no pagamento do total ou parte do subsídio de desemprego, no caso dos beneficiários desta prestação. No que diz respeito ao Investe Jovem consiste num apoio financeiro sob a forma de crédito, embora

também se prevê um subsídio não reembolsável aos promotores, sendo este um tipo de apoio direcionado a empreendedorismo mais jovem, para utentes com idades entre os 18 e 30 anos.

De referir que estes apoios têm como objetivo o financiamento do posto de trabalho dos promotores, o investimento necessário ao arranque do projeto e respetivo fundo de maneio necessário ao desenvolvimento da atividade.

As contrapartidas dos empresários, designados no programa de promotores, é manter a atividade e o respetivo posto de trabalho durante três anos, no que diz respeito às prestações de desemprego e durante o período que vigorar o reembolso do crédito, no caso do acesso às linhas de crédito.

Por seu turno, o último tipo de apoio, o Apoio Técnico à Criação e Consolidação de Projetos, consiste numa rede de entidades credenciadas pelo IEFP que de forma totalmente gratuita e facultativa apoiam os promotores não só na elaboração dos projetos, como em estudo de viabilidade financeira, desenvolvimento de planos de negócio, terminado com um apoio ao desenvolvimento da atividade da empresa durante os dois primeiros anos da mesma.

Conforme brevemente explicado anteriormente o Programa de Apoio ao Empreendedorismo é então constituído por quatro modalidades de apoios que se traduzem da seguinte forma:

O Investe Jovem, que consiste num apoio financeiro atribuído pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, sob a forma de empréstimo com valores compreendidos entre os 1089€ e os 43.576€, de acordo com números referentes a 2019, e que tem em vista o incentivo e o estímulo de um empreendedorismo numa faixa etária mais jovem, uma vez que se destina a jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos. Este apoio prevê, igualmente, a ajuda de 2614€ para a criação do posto de trabalho do promotor, sob a forma de subsídio não reembolsável.

O empresário terá de apresentar projeto que tenha viabilidade económica e financeira. O projeto prevê apoio financeiro até 75% do investimento total elegível, sendo que 50% serão elegíveis para o chamado fundo de maneio necessário ao arranque da atividade. A parte reembolsável do apoio tem um período de reembolso de 60 meses.

Por seu turno, o Apoio à Criação de Empresas é constituído por duas linhas de crédito distintas: o Microinvest para financiamento até 20.000€ e o Investmais para valores entre 20.000€ e 100.000€. Estas linha de crédito são bonificadas e com garantia bancária, estão disponíveis nas entidades bancárias protocoladas pelo IEFP, ficando o promotor com os dois primeiros anos de carência de capital e o reembolso ocorre nos anos seguintes. O projeto contempla um apoio máximo de 30% do valor total para as despesas de fundo de maneio, sendo consideradas elegíveis despesas com a compra

de viaturas novas ou usadas, equipamento necessário ao desenvolvimento da atividade, inclusive aluguer de espaço.

O promotor compromete-se com a manutenção da sua atividade e respetivo posto de trabalho durante o período em que vigorar o reembolso do empréstimo.

Por último, o Apoio à Criação do Próprio Emprego por Beneficiários de Prestações de Desemprego, candidatura efetuada junto do centro de emprego da área da implementação do projeto, tendo como finalidade o reembolso antecipado das prestações de desemprego de forma total ou parcial a que o candidato tem direito, mediante a apresentação de projeto que reúna viabilidade económica e financeira e que crie o posto do trabalho do promotor a tempo completo durante o período mínimo de três anos.

Tal como no Apoio à Criação de Empresas, as despesas elegíveis são invariavelmente as mesmas, bem como a limitação de 30% do valor a utilizar em fundo de maneiio.

Definido pela Portaria n.º 157/2015 de 28 de maio, existe um tipo de apoio transversal relativo aos três de apoios enunciados, que consiste numa rede de Entidades Prestadoras de Apoio Técnico, credenciadas pelo IEFP que operam em Portugal Continental de forma gratuita e facultativa, apoiando os promotores no desenvolvimento de competências em empreendedorismo, bem como o apoio específico à criação e estruturação de projetos, incluindo a elaboração de planos de investimento e de negócio. Posteriormente à entrega do projeto, a referida rede de entidades também apoia as empresas nos dois primeiros anos de atividade das empresas, contemplando o acompanhamento da execução do projeto aprovado e consultoria em aspetos relacionados com a gestão e operacionalização da atividade.

Estas entidades, além de promoverem o empreendedorismo, a criação de empresas e do autoemprego, têm como objetivo apoiar os empreendedores em aspetos críticos, na mitigação de riscos de negócio, na angariação de fontes de financiamento e na sustentabilidade, desenvolvimento e consolidação de projetos.

De acordo com Henrekson e Stenkula (2009), muitos dos estudos os programas de apoio ao empreendedorismo e criação do próprio emprego têm por base estudos quantitativos, por exemplo, em que medida determinada política pública impulsiona a criação de micro/pequenos negócios e o crescimento económico. Segundo os mesmos autores é fácil perceber o estímulo à criação de postos de trabalho, mais difícil, no entanto, se torna “medir” conceitos abstratos como o empreendedorismo.

3.5 INCENTIVOS PÚBLICOS E EMPREGO: ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

Podemos considerar que de acordo com a investigação de Baumgatner e Caliendo (2007) no seu estudo experimental a dois programas de incentivo à criação do próprio emprego alemães, em que um dos grupos era submetido ao estímulo do incentivo e o grupo de controlo não, o volume de desempregados é mais baixo nos participantes submetidos ao estímulo

Apesar da Alemanha ter historicamente taxas de desemprego elevadas (próximos dos dois dígitos) e de criação do próprio emprego baixas (ao contrário de Portugal, cuja taxa de desemprego é tendencialmente mais baixa e o trabalho por conta próprio mais elevado), parece que o estímulo aplicado surte efeito.

Podemos considerar que esta realidade está muito relacionada com o estado social, nomeadamente o valor das prestações de desemprego alemãs serem mais vantajosas. Portugal, por seu turno financia a medida passiva de emprego correspondente ao subsídio de desemprego em valores que podem ir entre os 509,68 € e os 1107,50€, números da segurança social de 2022.

Hurst e Pugsley (2011) identificam os pequenos negócios mais frequentemente criados na restauração, áreas mais técnicas como psiquiatras, dentistas, advogados, contabilistas, arquitetos, consultores, bem como empreiteiros, canalizadores, eletricitas, pintores, agentes de seguros, imobiliárias, mecânicos, jardineiros, barbeiros e esteticistas. Mas também supermercados e lojas de roupa.

Tal como em Portugal, também na Suécia a esmagadora maioria das empresas tem apenas uma pessoa a cargo, ou seja, 84% (Astebro e Tag, 2015)

Podemos por isso depreender que a grande maioria das empresas não tem trabalhadores contratados, sendo o proprietário também ele gerente e único posto de trabalho.

Os autores acreditam que tal se deve a duas principais razões: a primeira está relacionada com a forma jurídica através da qual a empresa é constituída (empresário em nome individual vs empresa), mas também pelo facto de muitos dos negócios criados serem pouco inovadores e antes “cópias” de ideias de negócio já criadas. Como muitas destas ideias de negócios são pouco criativas irão previsivelmente, segundo Astebro e Tag (2015) gerar pouca riqueza e poucos postos de trabalho dependentes criados. Estes autores defendem mesmo que a forma jurídica através do qual o empresário se constitui é de extrema importância.

Em Portugal um Trabalhador Independente pode, de acordo com a Autoridade Tributária, faturar até 12.500€ por ano, não pagando IVA se não ultrapassar este valor. Talvez por isso estes autores

defendam que nos dois primeiros anos da empresa um trabalhador independente isolado cria 1.10 postos de trabalho, enquanto que uma empresa cerca de 1.73 empregos. Neste sentido, defendem os autores que a forma jurídica em que a entidade se constitui é, desde logo, diferenciadora no que há criação de postos de trabalho diz respeito.

3.6 A IMPORTÂNCIA DA FORMA JURÍDICA

Ambos os autores vão mais longe, e defendem que o empresário isolado tem um perfil de menor escolaridade, mais baixo rendimento, potencialmente do sexo feminino, desempregado. Para Astebro e Tag (2015) cerca de 28.6% dos empresários isolados veem da situação de desemprego e apenas 9.9% dos responsáveis por empresas enfileiraram a listas dos desempregados.

Em síntese, Astebro e Tag (2015) consideram que é nas empresas que se geram a criação de mais posto de trabalho e, muitas vezes, quando o empresário isolado já se encontra com um volume de faturação mais elevado pode alterar a forma jurídica da sua entidade, ou seja, muitos dos empresários começam como trabalhadores independentes e mais tarde criam a sua própria empresa, quando o volume de negócio o justifica.

Mas no que diz respeito à geração de riqueza parece não haver consenso, uma vez que Astebro (2017) refere que nos Estados Unidos 99.5% dos rendimentos por conta de outrem são declarados, mas apenas 51% dos rendimentos por conta própria têm registo na Autoridade Tributária. Assim sendo, não estamos perante uma situação em que não é gerada riqueza significativa mas, pelo contrário, estamos perante uma situação em que ela não é reportada.

Astebro (2017) arrisca mesmo afirmar que apoiar empresas do setor tecnológico é garantir que 90% desse valor reverte em favor da sociedade, enquanto que nos negócios tradicionais apenas 5% é refletido a favor do estado.

A grande dificuldade de caracterizar e comparar este tipo de programas a nível internacional, parece residir da heterogeneidade dos mesmos. Nos Estados Unidos, o programa do Self-Employment Assistance consiste no pagamento de um valor semanal ao desempregado que ativamente procure emprego, este valor na Califórnia era de 330 dólares por semana, Xu (2018). Na Alemanha, em contrapartida, a Federal Employment Agency concedeu em 2011 a 134 mil desempregados um subsídio de 300€ durante o máximo de 15 meses Caliendo et al (2015).

Em Portugal o valor está dependente da entrega de um projeto que apresente viabilidade económica e financeira e, condicionado desde logo pelo montante que de subsidio de desemprego a receber pelo desempregado, podendo acumular com acesso a condições e taxas de juro mais

vantajosas, oferecidas através de produto bancário protocolado entre o IEFP e a banca. Todo o valor terá que ser aplicado no projeto e todo o equipamento ou ativo intangível devidamente justificado.

3.7 CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE EMPREGO

O IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) é o serviço público de emprego português, que tem como missão promover a criação e a qualidade do emprego, combatendo o desemprego, executando políticas de emprego em particular a formação profissional.

A sua orgânica encontra-se definida pelo Decreto-Lei nº 143/2012 de 11 de julho, e a sua organização interna é definida pela Portaria 319/2012 de 12 de outubro, tendo esta sido alterada pela Portaria 191/2015 de 29 de junho.

Tem como atribuições a promoção:

- Da organização do mercado de emprego, tendo em vista o ajustamento direto entre a oferta e a procura de emprego;
- Da informação, orientação, a qualificação e reabilitação profissional, tendo em vista a colocação e progressão profissional dos trabalhadores no mercado de trabalho;
- Da qualificação escolar e profissional dos jovens e adultos através respetivamente da oferta de formação de dupla certificação e formação profissional certificada, ajustada ao percurso individual e relevante para a modernização da economia;
- Da realização, por si ou em colaboração com outras entidades das ações de formação profissional, adequadas às necessidades das pessoas e de modernização e desenvolvimento do tecido económico;
- Do desenvolvimento dos ofícios e das microempresas artesanais, designadamente enquanto fonte de criação de emprego ao nível local.

Cabe igualmente ao IEFP a colaboração na conceção, elaboração, definição e avaliação de políticas de emprego como o Programa de Empreendedorismo e da Criação do Próprio Emprego (PAECPE).

No sentido de situar e caracterizar os desempregados inscritos nos centros de emprego de Portugal Continental, alvo das políticas passivas de emprego como o benefício das prestações de desemprego, bem como das ativas, como a Criação do Próprio Emprego, iremos recorrer à estatística para definir o perfil do desempregado português.

De relembrar que o período de análise corresponde à década compreendida entre os anos de 2009 e 2019, primeira década de implementação da medida ativa de emprego PAECPE

Tabela 1 Inscritos nos Centro de Emprego de Portugal Continental 1

Anos	Indivíduo - Milhares	
	Total (em Dezembro)	Total (média anual)
2009	524,7	495,5
2010	541,8	555,8
2011	605,1	551,9
2012	710,7	667,2
2013	690,5	707,8
2014	598,6	639,2
2015	555,2	560,8
2016	482,6	523,2
2017	403,8	434,5
2018	339,0	357,3
2019	310,5	314,3

Adaptado de Pordata, 2022

Conforme podemos verificar na tabela 1 , na década em análise a tendência de inscritos nos centros de emprego de Portugal foi decrescendo, salvo a exceção dos anos de 2011 e 2012.Podemos, por isso observar uma tendência de crescimento de 2009 a 2012, passado a um decréscimo até perto de final da década.

Tabela 2 Inscritos nos Centro de Emprego de Portugal Continental por sexo.

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2009	463,5	227,7	235,9
2010	529,7	247,9	281,8
2011	⊥ 616,0	⊥ 316,2	⊥ 299,8
2012	746,4	390,6	355,8
2013	763,9	391,2	372,7
2014	638	318	320
2015	566,2	285,6	280,6
2016	507,2	256,9	250,3
2017	407,2	195,9	211,3
2018	320,4	150,3	170,1
2019	301,8	136,4	165,4

Adaptado de Pordata, 2022 – Indivíduo/Milhares

No que diz respeito ao número de inscritos por género, é possível verificar que tendencialmente são mais as mulheres a engrossar as fileiras dos inscritos nos centros de emprego, excetuando os anos de 2012 e 2013.

Tabela 3 Inscritos nos Centros de Emprego de Portugal Continental por faixa etária.

Anos	Grupos etários					
	Total	Menos de 25	25-34	35-44	45-54	55 ou mais
2009	478,4	63,4	113,1	105,4	108,1	88,4
2010	534,7	64,3	125,1	122,9	124,4	98
2011	526,8	60,8	119	122,9	124,9	99,2
2012	634,4	77,6	147,3	152,8	146,6	110,2
2013	671,7	82,8	148,4	160	158	122,4
2014	604,6	74,6	121,8	138,3	144,8	125
2015	527,3	64	103	115,2	125,9	119,2
2016	491,6	58,7	95,4	105,2	115,9	116,4
2017	407,1	45,6	75,8	84,6	93,9	107,3
2018	332,7	34,4	59,7	68,6	74,8	95,3
2019	291,5	29,8	52,2	59,4	63,7	86,5

Desempregados inscritos nos centros de emprego e de formação profissional (média anual): total e por grupo etário – Continente

Fontes de dados:IEFP/MTSSS-MED

Adaptado pordata. Indivíduo/Milhares

Já no que diz respeito à faixa etária dos inscritos, podemos facilmente aferir que é nas faixas intermédias dos 25-34, 35-44 e 45-54 que se encontra a esmagadora maioria dos inscritos

Relativamente ao nível de escolaridade, por seu turno, é consensual que a grande parte dos inscritos possui o primeiro ciclo e o mais baixo número de inscritos se encontra registado como não tendo qualquer escolaridade. Consideramos também de particular relevância que os segundo mais baixos detenham o ensino superior completo.

Tabela 4 Inscritos nos Centro de emprego de Portugal continental por escolaridade.

Anos	Nível de escolaridade						Secundário	Superior
	Total	Nenhum	Básico					
			Total	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo		
2009	478,4	25,7	324,3	137,3	91,6	95,4	86,1	42,2
2010	534,7	29,2	354,5	146,2	99,1	109,3	103,3	47,7
2011	526,8	28,6	336	134,1	90,8	111,1	109,9	52,3
2012	634,4	31,8	384,6	140,3	106,3	138	143,8	74,3
2013	671,7	35,2	388,8	143,3	107,5	138,1	157,6	90
2014	604,6	33,8	346,6	130,3	95,4	120,9	142	82,2
2015	527,3	30,3	297,4	110,5	82,3	104,6	126,8	72,8
2016	491,6	29,1	270,9	97,8	76	97,1	122,3	69,2
2017	407,1	26	220	79,4	61,6	79	103,5	57,7
2018	332,7	23,2	175,4	62	48,7	64,7	86,7	47,5
2019	291,5	21,2	149,1	50,6	41,7	56,9	79,1	42,1

Adaptado Pordata. Indivíduo/Milhares

No que diz respeito ao quadro 5, podemos aferir que é no litoral que se encontram a esmagadora maioria dos inscritos, o que não será surpreendente face à densidade demográfica nestes concelhos.

É também nas áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa que se encontram a esmagadora maioria dos inscritos na condição de desempregados

Tabela 5 Inscritos nos Centros de Emprego de Portugal Continental por Distrito

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2019	2019
AVEIRO	39 138	39 897	35 693	40 583	42 164	37 128	33 716	29 541	25 486	23 358	23 761
BEJA	8 769	9 389	8 128	9 065	9 395	8 588	8 292	7 481	6 336	5 653	5 616
BRAGA	53 510	56 817	52 925	58 511	57 509	48 895	42 982	35 778	30 890	29 805	29 840
BRAGANÇA	4 168	4 298	4 178	5 143	5 578	5 277	4 983	4 299	3 848	3 240	2 939
CASTELO BRANCO	9 442	9 595	8 408	9 879	10 610	9 386	8 110	7 071	6 231	5 307	4 965
COIMBRA	17 640	18 108	17 454	20 961	22 235	19 889	18 058	16 194	14 197	12 521	11 714
ÉVORA	9 252	9 292	8 037	9 586	10 045	9 210	8 594	7 504	6 363	5 320	4 886
FARO	29 144	33 562	32 619	38 012	38 650	35 642	33 379	30 710	27 802	25 840	26 466
GUARDA	6 858	7 092	6 629	7 149	7 291	6 614	6 150	5 067	4 169	3 562	3 339
LEIRIA	23 156	24 115	23 544	27 369	27 978	23 607	20 808	17 897	15 522	13 958	13 470
LISBOA	100 143	107 356	105 625	124 279	130 082	117 006	103 731	92 422	80 748	71 667	66 904
PORTALEGRE	6 982	7 395	6 616	6 998	7 074	6 592	6 371	5 447	4 778	4 253	4 047
PORTO	115 907	123 674	117 892	134 329	136 179	120 977	108 005	95 159	83 429	76 672	73 880
SANTARÉM	23 687	24 983	24 167	28 031	28 995	25 262	22 612	19 978	17 257	15 180	14 147
SETÚBAL	45 411	48 767	45 792	55 274	57 209	51 812	46 015	41 719	36 682	32 930	31 473
VIANA DO CASTELO	10 113	10 995	10 223	11 346	11 458	10 610	9 792	8 355	7 249	6 175	6 014
VILA REAL	8 071	8 444	7 826	8 694	8 992	8 227	7 561	6 777	6 002	5 506	5 146
AVEIRO	18 237	18 966	17 876	20 020	20 597	18 995	- 17 473	15 247	13 123	11 352	10 798

Fonte Pordata, Adaptada – Milhares

Podemos considerar que é escassa a literatura sobre os serviços públicos de emprego em todo o mundo. Apesar de genericamente, terem as mesmas funções e atribuições, nem sempre é clara a eficácia com que o fazem.

Na Alemanha o serviço público de emprego denominado de Bundesagentur für Arbeit, Ba, foi alvo de um estudo em 2007 que deu particular ênfase ao rácio entre o número de inscritos e o número de técnicos a que estão afetos. Num projeto piloto aplicado a 14 dos 779 postos locais de emprego foram adicionados uma média de 160% (entre 82% e 340%, ou seja, entre 8 a 37 técnicos) dos trabalhadores aos serviços de emprego, o que reduziu consideravelmente o hiato de tempo entre a situação de desemprego e a colocação, bem como a prevenção da situação do desemprego de longa duração.

Assim, de acordo com Hinmuller et al (2016), tendo sido contratados técnicos do setor privado e das universidades a quem coube efetuar a correspondência entre oferta e a procura de emprego, monitorizar o desemprego, apoiar na procura ativa de emprego, através de aconselhamento de comportamento em entrevista e uso das novas tecnologias nas suas diligências. Considerando o incremento dos técnicos, a segurança social diminuiu cerca de 3.4 pontos percentuais nos gastos com prestações sociais das regiões onde se inseriam os centros pilotos, bem como as regiões limítrofes, Hinmuller et al (2016).

Por seu turno, Van der Berg et al (2005) defendem que os procedimentos junto dos desempregados podem ser eficazes, mas tal depende sobretudo da intensidade com que são aplicados. Tal pode ser traduzido, por exemplo, pela demonstração das diligências de procura ativa de emprego junto do centro de emprego. Em contrapartida, Gorter e Kalb (1996) defendem a tese de que a combinação entre acompanhamento e monitorização das procuras de emprego são eficazes na redução do tempo de procura de emprego.

Hinmuller et al (2016) acredita que os custos implicados na contratação de mais profissionais para a área técnica das agências de emprego é claramente compensado pela poupança obtida no pagamento das prestações sociais, sem considerar o facto da não perda de hábitos de trabalho muitas vezes associada ao desemprego de longa duração.

3.8 CARACTERIZAÇÃO DO EMPREENDEDOR

Caliendo (2015) acredita ser o acesso ao capital a maior dificuldade sentida por aquele que inicia o seu próprio projeto, sobretudo para aquele que o faz por necessidade ou na situação de desemprego, embora o mesmo autor também defenda que ao facilitarmos o acesso a subsídios e a

empréstimos podemos estar a incentivar o promotor menos bem preparado a tornar-se empresário. Wit (1993) e Pheiffer e Reize (2000) acreditam que estes indivíduos irão gerir negócios mais pequenos e menos lucrativos.

Xu (2018) acredita que a estabilidade familiar é importante na tomada de decisão de enveredar pelo próprio negócio, uma vez que o facto de o cônjuge ter emprego é importante na altura da decisão. O mesmo autor caracteriza o empreendedor mais frequente como sendo o de necessidade, sendo do sexo masculino, frequentemente com elevado nível de escolaridade e que abraça uma ideia empreendedora depois de se encontrar no desemprego. Em contrapartida o mesmo autor acredita que aquele que segue uma ideia criativa e inovadora, vem de um agregado com mais altos rendimentos, menos sensível à questão dos apoios sociais para criar o seu próprio negócio.

Entre 40% a 60% das start-ups são criadas a partir de uma situação de desemprego, de acordo com Caliendo et al (2015), sendo o empreendedor tipo do sexo masculino, numa idade mais avançada, altura em que aparentemente o mercado tem menos respostas de trabalho, no caso do empreendedorismo de necessidade, e em que o profissional já acumulou experiência suficiente, talvez até por conta própria, para enveredar por um projeto a solo.

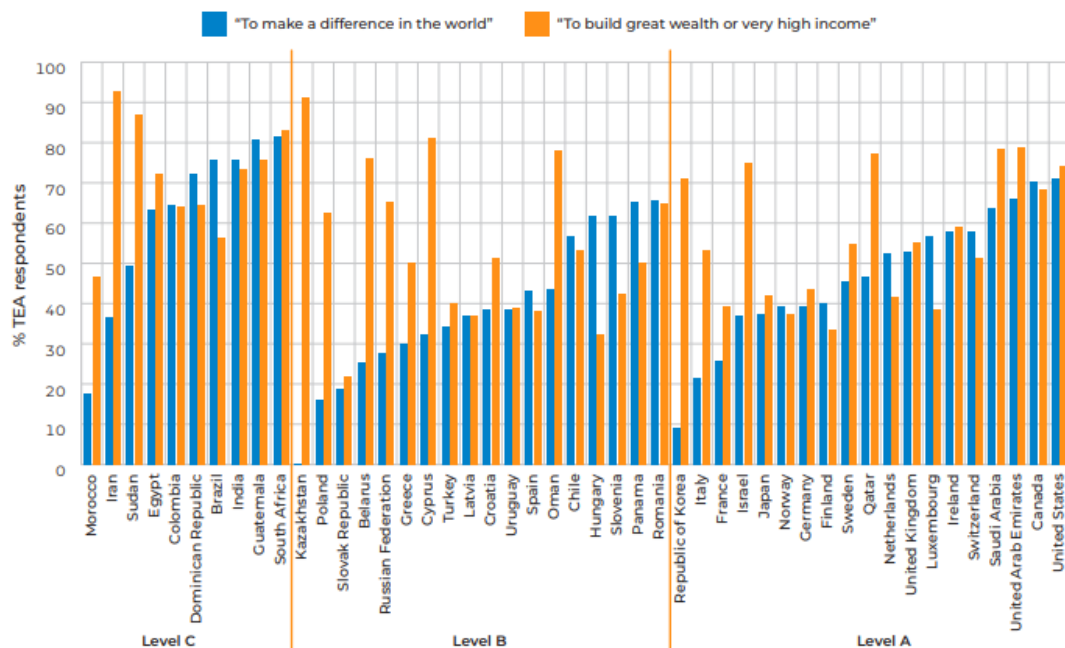
Aliás de acordo com o mesmo estudo dos autores no mercado de emprego alemão quase 37% dos empreendedores subsidiados declaram enveredar pela criação do próprio emprego por falta de resposta no mercado de trabalho, enquanto que os empreendedores que não estão sujeitos a estímulos apenas 17% declaram falta de resposta de emprego.

De acordo com Blacheflower (2004) a sociedade parece ter uma perspetiva pouco realista no que ao criar o próprio negócio diz respeito, uma vez que uma quantidade significativa de empregados gostariam de ter o seu próprio negócio, mas também uma elevada percentagem de empreendedores gostariam de ter um trabalho subordinado.

São variadas as razões que apontam para quererem enveredar pelo próprio negócio. De acordo com uma pesquisa do Global Entrepreneurship Monitor, 2021/2022, num conjunto de 47 países: França, Itália e França, da União Europeia e mesmo o Reino Unido, uma parte significativa da sua população ativa afirma que gostaria de ter o seu próprio negócio porque tal faria a diferença no mundo e também obteriam riqueza

Aliás em países como o Irão e o Cazaquistão cerca de 90% dos inquiridos acredita que o lucro e a riqueza advêm de se implementarem por conta própria.

Gráfico 1 Global Entrepreneurship Monitor, 2021/2022



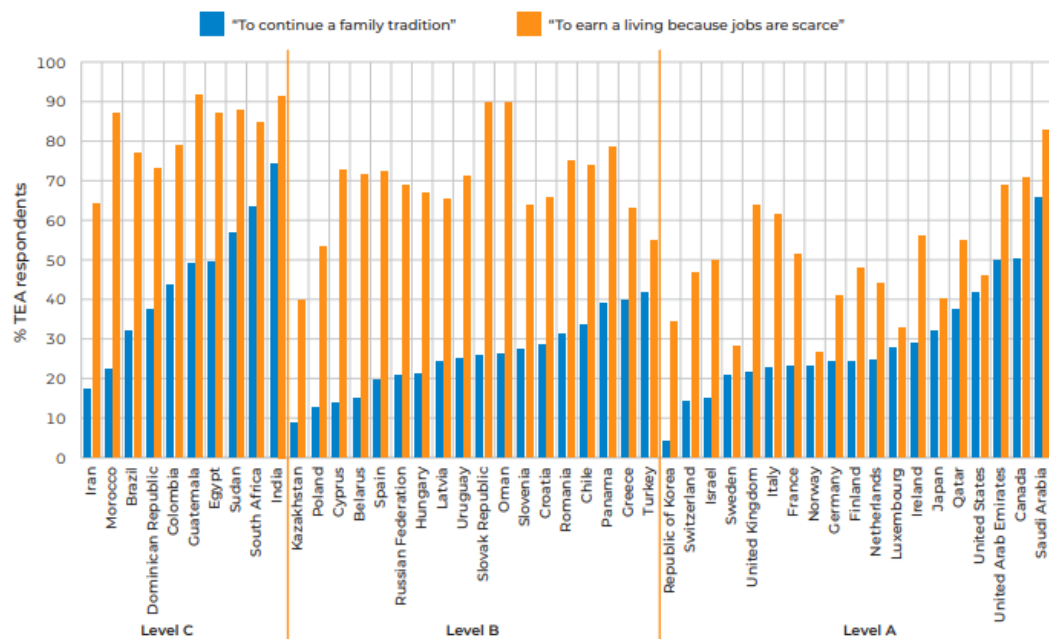
% de empreendedores

Para Países de leste como a Rússia, Hungria, Polónia ou Croácia é comum a ideia de que ter o seu próprio negócio seria o ideal para obter um emprego, mas é em países como Marrocos, África do Sul, Egito e Irão que se crê que tal seria para continuar um negócio familiar.

Na Índia e na Arábia Saudita questões como a herança de um negócio parecem estarem na mente de cerca de 70% dos inquiridos, que afirmam que o empreendedorismo servirá para dar continuidade a um negócio familiar.

Também em países como a Índia, Guatemala, Marrocos e Omã cerca de 90% dos inquiridos se confronta com a escassez de oportunidades de emprego, daí que manifestem a criação do próprio posto de trabalho como uma necessidade para entrarem no mercado de trabalho

Gráfico 2 Global Entrepreneurship Monitor, 2021/2022



% de empreendedores

No que diz respeito à dimensão das empresa, segundo o Parlamento Europeu as micro, pequenas e médias empresas (PME) constituem 99% das empresas da União Europeia e são responsáveis por dois em cada três empregos no setor privado. Também contribuem para mais de metade do valor acrescentado total criado pelas empresas na União Europeia.

Tabela 6 Tipologia de empresas de acordo com a União Europeia

Categoria	Efectivos	Volume de negócios	Balanço total
média empresa	< 250 (inalterado)	<= 50 milhões de euros (em 1996: 40 milhões)	<= 43 milhões de euros (em 1996: 27 milhões)
pequena empresa	< 50 (inalterado)	<= 10 milhões de euros (em 1996: 7 milhões)	<= 10 milhões de euros (em 1996: 5 milhões)
microempresa	< 10 (inalterado)	<= 2 milhões de euros (anteriormente não definido)	<= 2 milhões de euros (anteriormente não definido)

Autoria própria

Tabela 7 Número de Empresas quanto à Forma Jurídica

Período de referência dos dados	Localização geográfica	Dimensão	Empresas (N.º) por Dimensão e Forma jurídica; Anual		
			(1)		
			Total	Empresa individual	Sociedade
			N.º	N.º	N.º
2019	Portugal	Total	1 318 330	879 371	438 959
		Pequenas e médias empresas (PME)	1 317 039	879 371	437 668
		Micro	1 265 671	878 670	387 001
		Pequenas	44 189	697	43 492
		Médias	7 179	4	7 175
		Grandes	1 291	0	1 291
		Grandes	1 291	0	1 291
		Total	1 278 164	864 397	413 767
2018	Portugal	Pequenas e médias empresas (PME)	1 276 965	864 397	412 568
		Micro	1 227 831	863 757	364 074
		Pequenas	42 290	640	41 650
		Médias	6 844	0	6 844
		Grandes	1 199	0	1 199
		Grandes	1 199	0	1 199
		Total	1 242 693	847 726	394 967
		2017	Portugal	Pequenas e médias empresas (PME)	1 241 549

		Micro	1 194 761	847 055	347 706
		Pequenas	40 284	671	39 613
		Médias	6 504	0	6 504
		Grandes	1 144	0	1 144
		Grandes	1 144	0	1 144
		Total	1 196 102	815 167	380 935
2016	Portugal	Pequenas e médias em- presas (PME)	1 195 064	815 167	379 897
		Micro	1 150 336	814 492	335 844
		Pequenas	38 600	675	37 925
		Médias	6 128	0	6 128
		Grandes	1 038	0	1 038
		Grandes	1 038	0	1 038
		Total	1 163 082	790 881	372 201
2015	Portugal	Pequenas e médias em- presas (PME)	1 162 069	790 881	371 188
		Micro	1 118 988	790 217	328 771
		Pequenas	37 252	658	36 594
		Médias	5 829	6	5 823
		Grandes	1 013	0	1 013
		Grandes	1 013	0	1 013
		Total	1 128 258	764 902	363 356
2014	Portugal	Pequenas e médias em- presas (PME)	1 127 285	764 902	362 383
		Micro	1 086 028	764 232	321 796
		Pequenas	35 615	661	34 954

		Médias	5 642	9	5 633		
		Grandes	973	0	973		
		Grandes	973	0	973		
2013	Portugal	Total	1 098 409	741 832	356 577		
		Pequenas e médias empresas (PME)	1 097 452	741 832	355 620		
		Micro	1 056 700	741 050	315 650		
		Pequenas	35 185	770	34 415		
		Médias	5 567	12	5 555		
		Grandes	957	0	957		
		Grandes	957	0	957		
		Total	1 065 173	709 404	355 769		
		2012	Portugal	Pequenas e médias empresas (PME)	1 064 216	709 404	354 812
Micro	1 021 714			708 416	313 298		
Pequenas	36 857			973	35 884		
Médias	5 645			15	5 630		
Grandes	957			0	957		
Grandes	957			0	957		
Total	1 113 559			751 708	361 851		
2011	Portugal			Pequenas e médias empresas (PME)	1 112 521	751 708	360 813
				Micro	1 065 905	750 469	315 436
		Pequenas	40 552	1 221	39 331		
		Médias	6 064	18	6 046		
		Grandes	1 038	0	1 038		

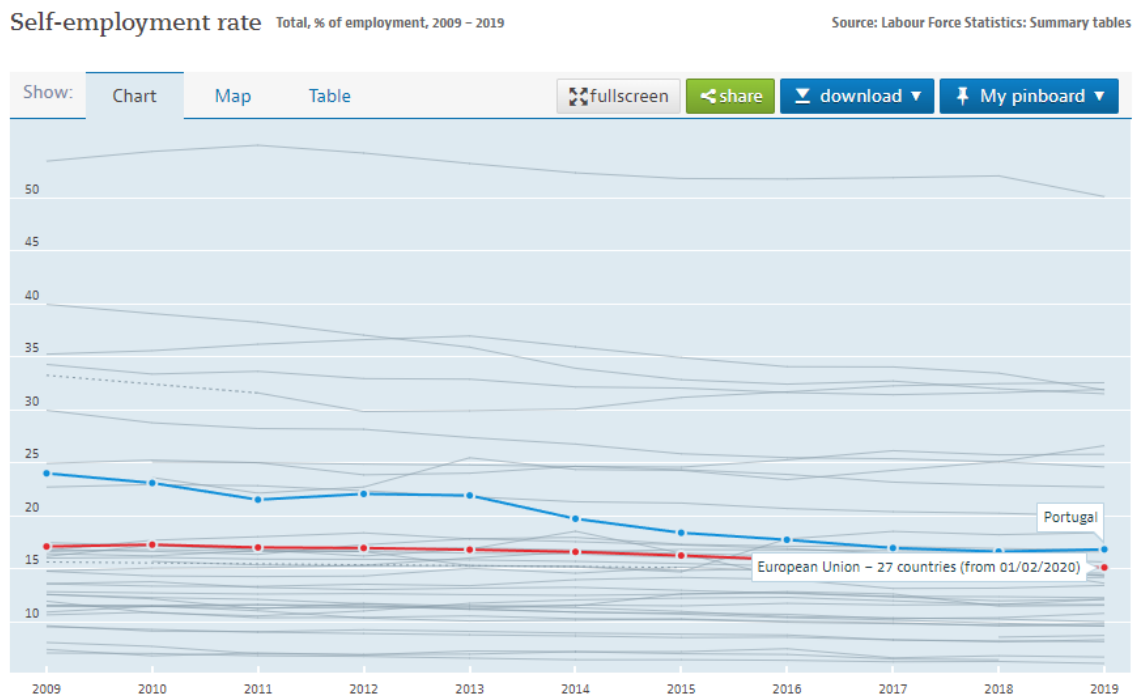
		Grandes	1 038	0	1 038
2010	Portugal	Total	1 145 390	784 155	361 235
		Pequenas e médias empresas (PME)	1 144 362	784 155	360 207
		Micro	1 095 369	782 759	312 610
		Pequenas	42 715	1 373	41 342
		Médias	6 278	23	6 255
		Grandes	1 028	0	1 028
		Grandes	1 028	0	1 028
		Total	1 199 843	832 928	366 915
2009	Portugal	Pequenas e médias empresas (PME)	1 198 827	832 928	365 899
		Micro	1 148 429	831 225	317 204
		Pequenas	43 972	1 682	42 290
		Médias	6 426	21	6 405
		Grandes	1 016	0	1 016
		Grandes	1 016	0	1 016

Empresas (N.º) por Dimensão e Forma jurídica; Anual - INE, Sistema de contas integradas das empresas

No que diz respeito à forma jurídica das entidades criadas, no período compreendido entre o ano de 2009 e 2019 podemos considerar que existem o dobro de empresa em nome individual se comparadas com sociedade em igual período.

Também podemos afirmar com segurança que a esmagadora maioria das empresas são de micro dimensão, ou seja, têm menos de 10 trabalhadores a cargo de acordo com a definição da União Europeia.

Gráfico 3 Percentagem de Emprego por Conta Própria



OCDE, %de empregados por conta própria

Aparentemente é nas empresas, sobretudo nas novas que se cria grande parte do emprego, de acordo com Astebro e Tag (2015), comparativamente com as empresas individuais. Os autores também defendem que o perfil do proprietário da empresa tem como características uma mais baixa escolaridade, mais baixo rendimento comparado com a altura em que havia trabalho subordinado, tem maior probabilidade de ser do sexo feminino e de estar desempregado (ou pelo menos afastado do mercado de trabalho).

Aliás Astebro e Tag (2015) defendem que a probabilidade de criar emprego nas empresas é 50% mais elevada no segundo ano se comparado com a empresa individual. São as empresas que criam mais emprego e, aparentemente, mais riqueza. Ambos os autores defendem a tese de que os incentivos à criação de emprego vindo das políticas públicas é desde logo contraproducente, uma vez que de acordo com os seus dados são criados 0.04 novos empregos nas empresas individuais e 0.14 nas sociedades com base no estímulo..

De acordo com o último gráfico podemos observar que a população que cria o seu próprio negócio em Portugal, em comparação com a média da União Europeia é superior, embora a tendência no período entre 2009 e 2019 tem sido de descida.

3.9 CUSTOS DA SEGURANÇA SOCIAL

Na década compreendida entre os anos de 2009 e 2019 a segurança social gastou entre 4.970,5 e 6.577,9 milhões de euros, no que diz respeito às prestações sociais de subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.

Tabela 8 Custos da Segurança Social com subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego.

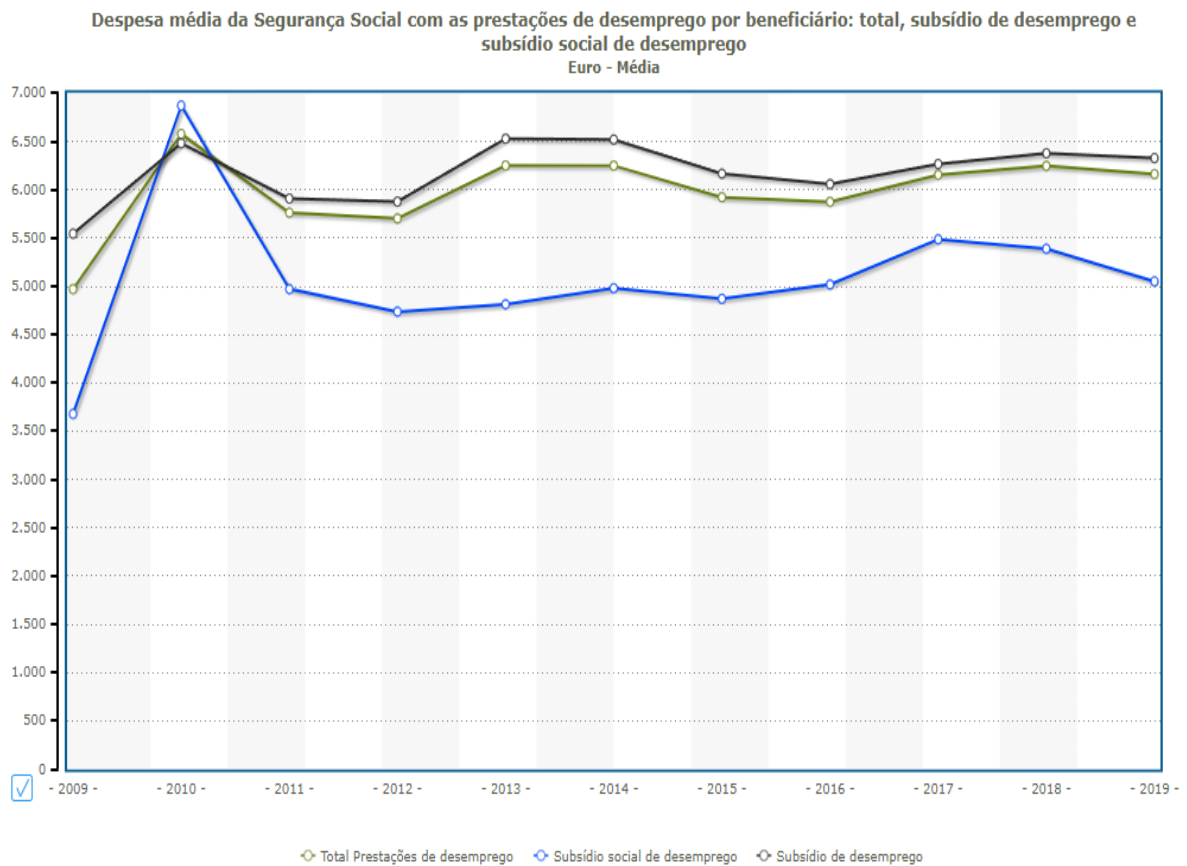
Anos	Prestações de desemprego		
	Total	Subsídio social de desemprego	Subsídio de desemprego
2009	4.970,5	3.678,7	5.545,2
2010	6.577,9	6.872,5	6.481,2
2011	5.761,7	4.971,2	5.908,7
2012	5.702,4	4.737,5	5.877,5
2013	6.251,5	4.813,8	6.529,4
2014	6.250,0	4.979,8	6.519,8
2015	5.922,6	4.870,0	6.166,1
2016	5.875,6	5.018,8	6.059,1
2017	6.155,7	5.486,4	6.266,4
2018	6.246,7	5.388,5	6.377,6
2019	6.162,6	5.050,6	6.328,6

Euro média. Adaptado Pordata

Podemos verificar também que os custos associados ao pagamento dos subsídios de desemprego é claramente superior aos relativos aos subsídios sociais de desemprego.

O subsídio de desemprego está relacionado coma a carreira contributiva do beneficiário, por seu turno, o social é alvo de avaliação social, ou seja, terminadas a prestações de desemprego, muitos dos desempregados não reúnem condições de recurso que lhe permitam beneficiar do subsídio social de desemprego, nomeadamente por questões do IRS do agregado familiar.

Gráfico 4 com custos da Segurança Social com subsídio de desemprego e subsídio social de desemprego

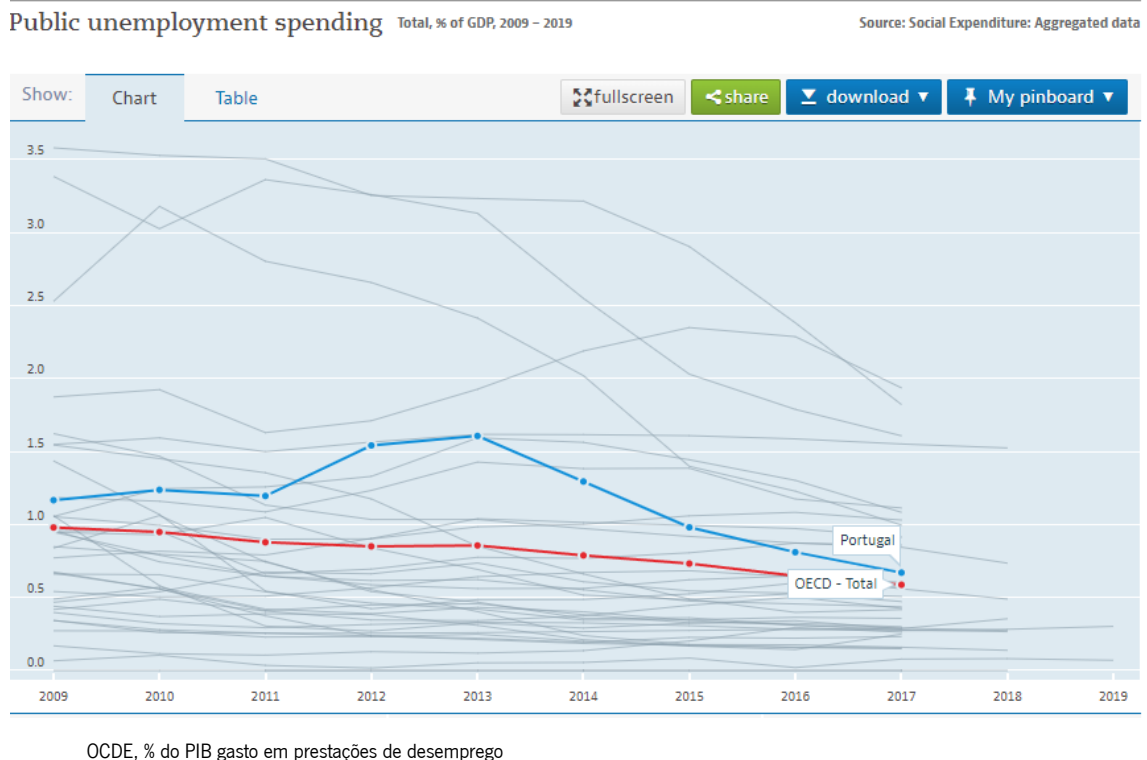


De acordo com o gráfico 4 entre os de 2009 e 2019 os custos do subsídio social de desemprego só ultrapassou os custos com o subsídio de desemprego em 2010.

Aliás é em 2010 que o gasto com o total das prestações de desemprego atinge o seu máximo, voltando a subir em meados da década, depois de uma queda abrupta em 2011.

No final do período analisado a tendência era claramente de descida. Mas é em 2010 que os custos com as prestações de desemprego atingem o seu máximo, muito próximo dos 7 milhões.

Gráfico 5 Gastos da OCDE com prestações de desemprego



De acordo com Baglini e Mota (2013), os sistemas de segurança social de Portugal e Itália, ambos saídos dos sistemas de Welfare do sul da Europa, são dos estados com menos proteção em termos de segurança social relativamente aos países mais ricos do norte da Europa.

Baglini e Mota (2013) defendem que os sistemas de segurança social do sul do velho continente são ainda bastante assentes na importância da retaguarda familiar, em detrimento de um estado mais generoso e com menos ênfase na família e na importância do seu suporte no que diz respeito ao apoio social.

Mesmo havendo diferenças entre países do norte e do sul, e no sentido de uma maior flexibilização do apoio social, de acordo com Venn (2009) e Zartaloudis (2011), os sistemas da segurança social tendem a implementar estratégias comuns partilhadas pela União Europeia. Ainda assim, apesar de na génese ser semelhante, a segurança social italiana é mais penalizadora para os jovens desempregados, enquanto que a portuguesa desde 2009 os coloca em planos muito semelhantes em termos de direitos.

Tabela 9 Desemprego entre 2009 e 2019 por sexo e faixa etária

		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Feminino	Menos de 20 anos	1 358	860	405	398	222	156	159	125	105	121	100
	[20 a 24] anos	22 586	20 983	16 055	17 306	16 134	13 737	14 682	12 641	10 400	9 973	10 249
	[25 a 29] anos	39 277	39 613	34 360	37 960	36 304	31 176	31 238	27 588	24 227	22 056	21 626
	[30 a 34] anos	43 956	47 387	44 890	51 319	51 254	41 999	35 106	30 855	27 116	24 408	23 601
	[35 a 39] anos	38 306	43 305	41 515	48 948	52 632	46 444	38 616	34 367	31 609	28 956	27 205
	[40 a 44] anos	32 688	35 637	33 722	38 497	41 566	38 572	34 632	32 171	30 509	29 081	28 677
	[45 a 49] anos	30 746	33 457	31 590	35 170	37 398	34 818	31 273	27 853	25 925	24 988	24 978
	[50 a 54] anos	30 288	31 994	29 265	31 897	34 015	33 075	30 874	27 856	24 832	23 013	22 041
	[55 a 59] anos	27 580	28 459	26 461	28 816	30 053	29 523	27 893	26 023	24 084	22 998	22 475
	[60 a 64] anos	15 891	16 599	16 014	17 677	18 096	18 502	18 441	17 483	17 632	18 425	18 682
	[65 a 69] anos	2 155	2 257	1 884	1 842	2 254	2 498	3 758	3 708	3 947	4 136	4 354
	mais de 69 anos	170	174	122	110	94	100	93	67	42	43	43
Total	285 001	300 725	276 283	309 940	320 022	290 600	266 765	240 737	220 428	208 198	204 031	
Masculino		2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
	Menos de 20 anos	1 474	895	521	492	312	170	167	116	101	116	136
	[20 a 24] anos	21 245	19 365	14 792	17 658	15 596	12 121	12 513	10 890	9 095	8 448	9 112
	[25 a 29] anos	31 367	32 583	28 886	33 669	31 968	25 427	24 580	23 037	20 076	17 210	16 908
[30 a 34] anos	34 178	36 893	35 169	42 132	41 932	32 931	27 133	23 976	19 772	17 076	16 444	

	[35 a 39] anos	30 948	35 484	36 082	44 982	46 777	39 044	30 717	26 246	21 396	18 270	17 077
	[40 a 44] anos	28 947	32 821	34 107	41 483	43 824	38 181	31 431	27 280	23 503	20 125	18 324
	[45 a 49] anos	29 221	33 342	34 794	42 205	44 536	39 733	33 427	27 355	22 781	19 312	18 003
	[50 a 54] anos	30 475	33 919	34 921	41 655	44 453	41 709	37 039	31 821	25 136	20 107	17 532
	[55 a 59] anos	32 601	34 749	35 412	41 125	42 885	41 035	37 159	32 247	26 535	22 217	19 639
	[60 a 64] anos	22 501	23 196	23 905	26 828	28 489	29 396	28 863	25 008	22 225	20 773	18 915
	[65 a 69] anos	2 291	2 469	2 275	2 324	2 681	3 147	4 967	4 689	4 562	4 512	4 543
	mais de 69 anos	95	103	83	75	69	60	47	30	22	25	22
	Total	265 343	285 819	280 947	334 628	343 522	302 954	268 043	232 695	195 204	168 191	156 655
		550 344	586 544	557 230	644 568	663 544	593 554	534 808	473 432	415 632	376 389	360 686

Fonte: Segurança Soci

Genericamente podemos afirmar que o desemprego feminino é mais elevado que o masculino, mas também de acordo com o INE conseguimos confirmar que a população ativa em Portugal ronda os 50%, ou seja, anda na média dos cinco milhões. Tal não só confirma o inverno demográfico de que falam os especialistas como põe à prova qualquer sistema de segurança social.

Tabela 10 Inscritos em Centros de Emprego de Portugal Continental entre 2009 e 2019 por sexo

Anos	Sexo		
	Total	Masculino	Feminino
2009	5.486,1	2.864,6	2.621,5
2010	5.489,7	2.847,1	2.642,6
2011	⊥ 5.117,8	⊥ 2.669,3	⊥ 2.448,5
2013	5.059,2	2.610,4	2.448,7
2014	5.000,4	2.557,3	2.443,1
2015	4.993,2	2.536,6	2.456,5
2016	4.995,9	2.533,7	2.462,2
2017	5.002,8	2.540,2	2.462,6
2018	5.053,3	2.560,7	2.492,6
2019	5.084,5	2.567,3	2.517,2

Pordata, adaptado.

4 ABORDAGEM METODOLÓGICA

4.1 DESIGN DE INVESTIGAÇÃO

O objetivo deste estudo consiste em analisar o impacto dos incentivos governamentais na criação de emprego em Portugal. O estudo adota uma abordagem metodológica quantitativa incidindo nos dez anos compreendidos entre 2009 e 2019. Segundo Bryman (2001) a investigação quantitativa pode ser considerada como uma estratégia de investigação que enfatiza a quantificação na recolha e análise de dados. Esta estratégia reflete uma abordagem dedutiva na relação entre teoria e investigação.

No caso particular deste estudo será analisada uma política pública do Instituto de Emprego e Formação Profissional, designadamente o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego, também denominado por PAECPE.

A unidade de análise será constituída pelos desempregados inscritos em Centros de Emprego de Portugal Continental que criam o seu próprio emprego, através do recurso ao PAECPE. O estudo recorre a dados secundários provenientes de bases de dados de entidades como o INE, IEFP, Pordata e OCDE. O uso de dados secundários apresenta inúmeras vantagens das quais se destaca: a qualidade e fiabilidade dos dados, a economia de tempo e recursos na obtenção dos mesmos e o potencial para realizar análises longitudinais (Bryman, 2001).

4.2 RECOLHA DE DADOS

A natureza dos dados será de carácter quantitativo, sendo a base deste estudo o número de inscritos nos centros de emprego de Portugal Continental, que se candidataram ao Programa de Apoio ao Empreendedorismo e Criação do Próprio Emprego.

Estes números são publicados mensalmente no site oficial do IEFP, www.iefp.pt, por medida: Criação do Próprio Emprego, Apoio à Criação de Empresas e Investe Jovem.

Conforme explicado por Maroco (2011), os modelos de regressão linear múltipla, apresentam duas ou mais variáveis independentes, que vão ser usadas para estimar os valores para a variável dependente, cuja fórmula geral é a seguinte:

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 X_{i1} + \beta_2 X_{i2} + \dots + \beta_{p-1} X_{i,p-1} + \varepsilon_i \quad i=1, 2, \dots, n$$

Y_i é a variável dependente. X_{p-1} são as variáveis independentes ou explicativas. k são os parâmetros do modelo: indica-nos a variação do valor esperado de Y , com o aumento de uma unidade

de X_k , quando todas as outras variáveis explicativas no modelo permanecem constantes. ϵ_i é o termo aleatório que representa todas as variáveis com poder explicativo sobre a variável de interesse que foram omitidas pelo modelo. Para determinar os estimadores dos parâmetros da regressão, utiliza-se o método dos mínimos quadráticos.

O teste de significância do coeficiente de determinação, (teste F) permite verificar se o modelo de regressão linear múltipla é globalmente significativo e o teste t permite determinar a significância de cada variável.

O Coeficiente de Determinação (r^2) surge como uma medida do efeito das variáveis explicativas na redução da incerteza associada à previsão do Y_i , medindo a percentagem ou a proporção da variação total dos Y_i explicada pelo modelo. O Coeficiente de Determinação Ajustado (r_a^2) permite comparar a qualidade do ajuste linear de dois modelos.

4.3 MÉTODO

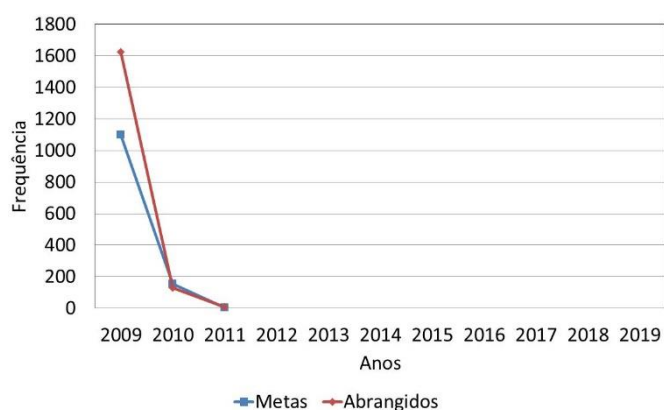
A amostra é constituída por dados recolhidos de 2009 a 2019.

4.3.1 CPE - CRIAÇÃO DE POSTOS DE TRABALHO

Tabela 11 Dados CPE - Criação de Postos de Trabalho

Ano	Metas	Abrangidos
2009	1101	1625
2010	154	129
2011	4	7
2012	1516	2533
2013	2813	2643
2014	2577	2609
2015	1795	1981
2016	1460	1855
2017	1500	1789
2018	1676	2050
2019	1417	1737

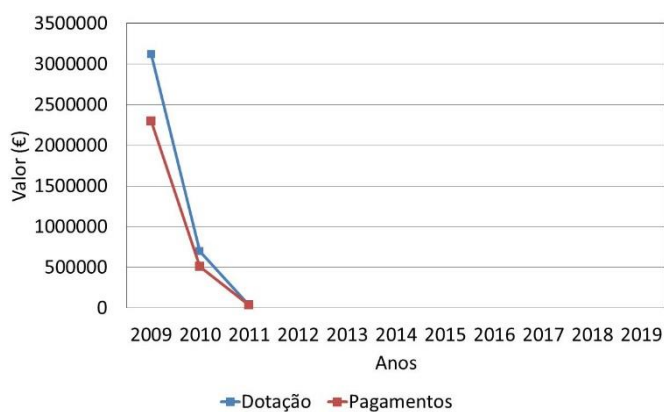
Gráfico 6 Dados CPE - Criação de Postos de Trabalho (Metas e Abrangidos)



Autoria própria

O programa CPE - Criação de Postos de Trabalho apenas contém dados para os anos de 2009 a 2011, variando o valor das Metas entre 1100 em 2009 e 4 em 2011, e o valor de Abrangidos entre 1625 em 2009 e 7 em 2011.

Gráfico 7 Dados CPE - Criação de Postos de Trabalho (Dotação e Pagamentos)



Autoria própria

Relativamente a valores, a Dotação varia entre 3.117.767,00 € em 2009 e 38.329,00 € em 2011, e os Pagamentos variam entre 2.296.571,84 € em 2009 e 37.854,40 € em 2011.

Tabela 12 Estatísticas: CPE - Criação de Postos de Trabalho

	N	Média	Desvio		Coef.	
			Padrão	Varição	Mínimo	Máximo
Metas	3	420	595	142%	4	1101
Abrangidos	3	587	901	153%	7	1625
Dotação	3	1.285.092 €	1.621.174 €	126%	38.329 €	3.117.767 €
Pagamentos	3	948.441 €	1.191.232 €	126%	37.854 €	2.296.572 €

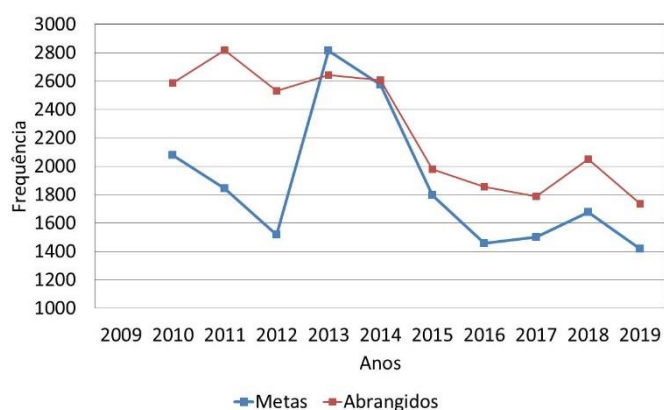
Na amostra, as Metas apresentam um valor médio de 420 com uma dispersão de valores de 142%, os Abrangidos apresentam um valor médio de 587 com uma dispersão de 153%, a Dotação apresenta um valor médio de 1.285.092 € com uma dispersão de 126%, os Pagamentos apresentam um valor médio de 1.191.232 € com uma dispersão de 142%.

4.3.2. APOIOS À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO - PAECPE

Tabela 13 Dados Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE

Ano	Metas	Abrangidos	Dotação	Pagamentos
2009				
2010	2078	2588	7.529.724,00 €	5.216.659,32 €
2011	1843	2819	4.156.512,00 €	3.477.690,26 €
2012	1516	2533	258.284,00 €	205.532,96 €
2013	2813	2643	7.176,00 €	7.162,91 €
2014	2577	2609	0,00 €	0,00 €
2015	1795	1981	0,00 €	0,00 €
2016	1460	1855	0,00 €	0,00 €
2017	1500	1789	0,00 €	0,00 €
2018	1676	2050	0,00 €	0,00 €
2019	1417	1737	0,00 €	0,00 €

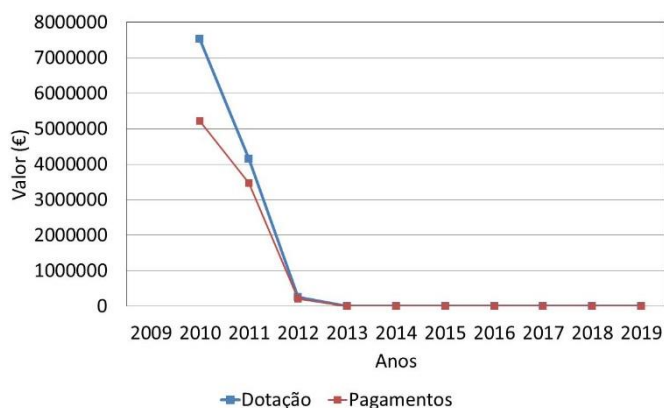
Gráfico 8 Dados Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE (Metas e Abrangidos)



Autoria própria

O programa Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE apenas contém dados para os anos de 2010 a 2019, variando o valor das Metas entre o máximo de 2813 em 2013 e o mínimo de 1417 em 2019, e o valor de Abrangidos entre o máximo de 2819 em 2011 e o mínimo de 1737 em 2019.

Gráfico 9 Dados Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE (Dotação e Pagamentos)



Autoria própria

Relativamente a valores, a Dotação varia entre o máximo de 7.529.724,00 € em 2010 e o mínimo de 7.176,00 € em 2013, e o valor de Pagamentos entre o máximo de 5.216.659,32 € em 2010 e o mínimo de 7.162,91 € em 2013. Os valores nulos de 2014 a 2019 serão eliminados e considerados como valores omissos para efeitos do cálculo das estatísticas seguintes.

Tabela 14 Estatísticas: Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
Metas	10	1868	484	26%	1417	2813
Abrangidos	10	2260	414	18%	1737	2819
Dotação	4	2.987.924 €	3.574.415 €	120%	7.176 €	7.529.724 €
Pagamentos	4	2.226.761 €	2.550.575 €	115%	7.163 €	5.216.659 €

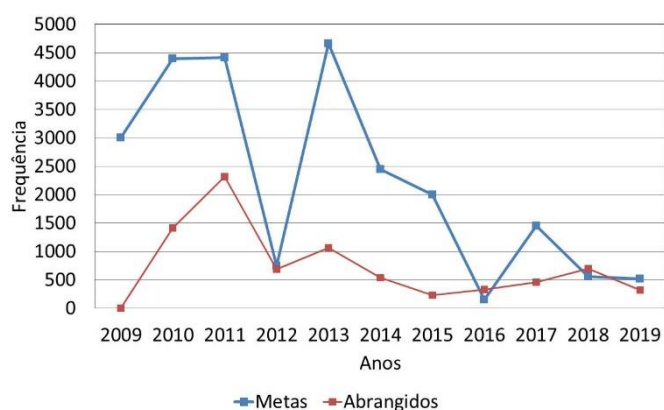
Na amostra, as Metas apresentam um valor médio de 1868 com uma dispersão de 26%, os Abrangidos apresentam um valor médio de 2260 com uma dispersão de 18%, a Dotação apresenta um valor médio de 2.987.924 € com uma dispersão de 120%, os Pagamentos apresentam um valor médio de 2.226.761 € com uma dispersão de 115%.

4.3.3 LINHA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGO

Tabela 15 Dados Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego

Ano	Metas	Abrangidos	Dotação	Pagamentos
2009	3000	0	45.000.000,00 €	8.512.500,00 €
2010	4400	1413	10.572.075,00 €	2.226,15 €
2011	4416	2320	20.523.037,00 €	10.981.717,12 €
2012	750	690	9.893.107,00 €	496.047,57 €
2013	4665	1070	1.696.127,00 €	345.578,76 €
2014	2446	538	2.181.710,00 €	2.109.398,37 €
2015	2000	230	5.256.123,00 €	2.986.640,41 €
2016	155	330	5.400.448,00 €	5.360.329,31 €
2017	1450	455	2.578.032,00 €	2.578.028,40 €
2018	556	695	6.634.512,00 €	5.918.925,10 €
2019	524	319	8.840.057,00 €	8.793.339,71 €

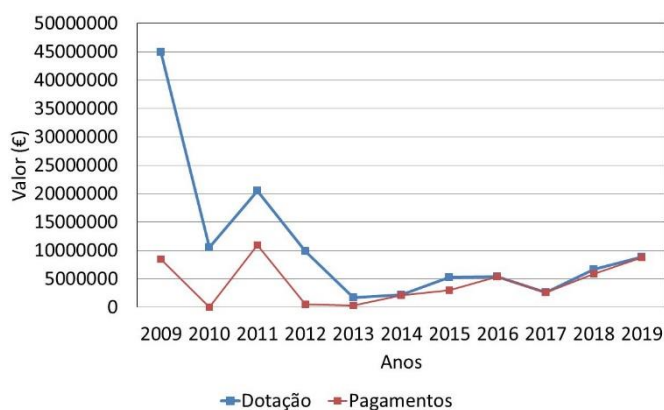
Gráfico 10 Dados Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego (Metas e Abrangidos)



Autoria própria

O programa Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego contém dados para todos os anos, variando o valor das Metas entre o máximo de 4665 em 2013 e o mínimo de 155 em 2016, e o valor de Abrangidos entre o máximo de 2320 em 2011 e o mínimo de 230 em 2015 e depois um valor nulo em 2009, que será eliminado e considerado como valor omissa para efeitos do cálculo das estatísticas.

Gráfico 11 Dados Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego (Dotação e Pagamentos)



Autoria própria

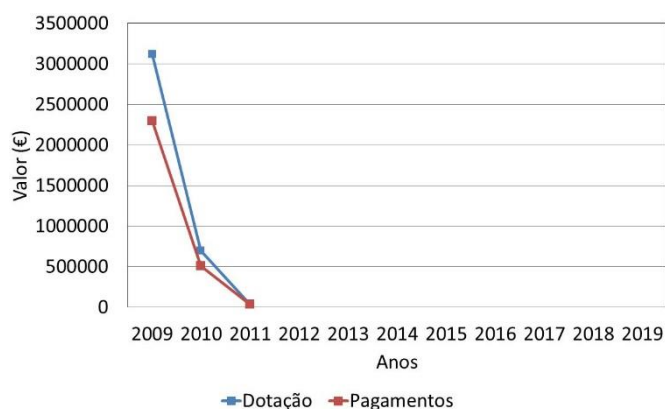
Relativamente a valores, a Dotação varia entre o máximo de 45.000.000,00 € em 2009 e o mínimo de 1.696.127,00 € em 2013, e o valor de Pagamentos entre o máximo de 10.981.717,12 € em 2011 e o mínimo de 2.226,15 € em 2010.

Tabela 16 Estatísticas: Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
Metas	11	2215	1701	77%	155	4665
Abrangidos	10	806	645	80%	230	2320
Dotação	11	10.779.566 €	12.533.498 €	116%	1.696.127 €	45.000.000 €
Pagamentos	11	4.371.339 €	3.799.171 €	87%	2.226 €	10.981.717 €

Na amostra, as Metas apresentam um valor médio de 2215 com uma dispersão de 77%, os Abrangidos apresentam um valor médio de 806 com uma dispersão de 80%, a Dotação apresenta um valor médio de 10.779.566 € com uma dispersão de 116%, os Pagamentos apresentam um valor médio de 4.371.339 € com uma dispersão de 87%.

Gráfico 12 Dados CPE - Criação de Postos de Trabalho (Dotação e Pagamentos)



Autoria própria

Relativamente a valores, a Dotação varia entre 3.117.767,00 € em 2009 e 38.329,00 € em 2011, e os Pagamentos variam entre 2.296.571,84 € em 2009 e 37.854,40 € em 2011.

Tabela 17 Estatísticas: CPE - Criação de Postos de Trabalho

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
Metas	3	420	595	142%	4	1101
Abrangidos	3	587	901	153%	7	1625
Dotação	3	1.285.092 €	1.621.174 €	126%	38.329 €	3.117.767 €
Pagamentos	3	948.441 €	1.191.232 €	126%	37.854 €	2.296.572 €

Na amostra, as Metas apresentam um valor médio de 420 com uma dispersão de valores de 142%, os Abrangidos apresentam um valor médio de 587 com uma dispersão de 153%, a Dotação apresenta um valor médio de 1.285.092 € com uma dispersão de 126%, os Pagamentos apresentam um valor médio de 1.191.232 € com uma dispersão de 142%.

4.3.4 APOIOS À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO - PAECPE

Tabela 18 Dados Apoios à Criação do Próprio Emprego - PAECPE

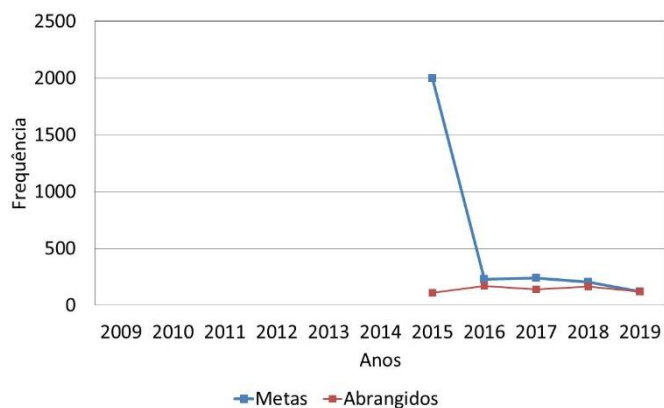
Ano	Metas	Abrangidos	Dotação	Pagamentos
2009				
2010	2078	2588	7.529.724,00 €	5.216.659,32 €
2011	1843	2819	4.156.512,00 €	3.477.690,26 €
2012	1516	2533	258.284,00 €	205.532,96 €
2013	2813	2643	7.176,00 €	7.162,91 €
2014	2577	2609	0,00 €	0,00 €
2015	1795	1981	0,00 €	0,00 €
2016	1460	1855	0,00 €	0,00 €
2017	1500	1789	0,00 €	0,00 €
2018	1676	2050	0,00 €	0,00 €
2019	1417	1737	0,00 €	0,00 €

4.3.5 INVESTE JOVEM

Tabela 19 Dados Investe Jovem

Ano	Metas	Abrangidos	Dotação	Pagamentos
2009				
2010				
2011				
2012				
2013				
2014				
2015	2000	111	6.304.595,00 €	1.377.836,95 €
2016	231	172	3.639.596,00 €	2.294.130,00 €
2017	240	138	3.703.754,00 €	2.050.697,83 €
2018	205	165	3.440.762,00 €	2.220.685,42 €
2019	120	119	4.197.165,00 €	1.602.800,19 €

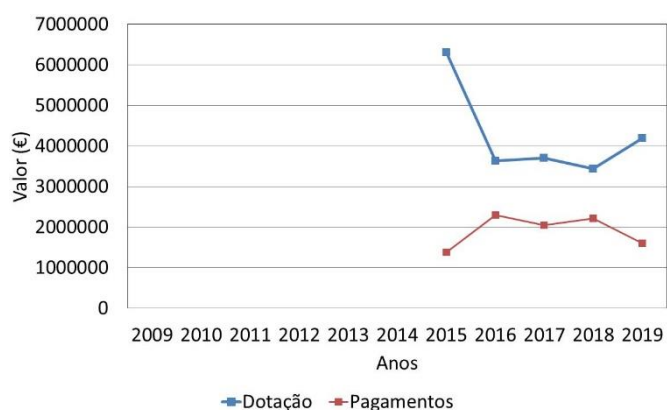
Gráfico 13 Dados Investe Jovem (Metas e Abrangidos)



Autoria própria

O programa Investe Jovem contém dados de 2015 a 2019, variando o valor das Metas entre o máximo de 2000 em 2015 e o mínimo de 120 em 2019, e o valor de Abrangidos entre o máximo de 172 em 2016 e o mínimo de 119 em 2019.

Gráfico 14 Dados Investe Jovem (Dotação e Pagamentos)



Autoria própria

Relativamente a valores, a Dotação varia entre o máximo de 6.304.595,00 € em 2015 e o mínimo de 3.440.762,00 € em 2018, e o valor de Pagamentos entre o máximo de 2.294.130,00 € em 2016 e o mínimo de 1.602.800,19 € em 2019.

Tabela 20 Estatísticas: Investe Jovem

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
Metas	5	559	807	144%	120	2000
Abrangidos	5	141	27	19%	111	172
Dotação	5	4.257.174 €	1.177.894 €	28%	3.440.762 €	6.304.595 €
Pagamentos	5	1.909.230 €	400.451 €	21%	1.377.837 €	2.294.130 €

Na amostra, as Metas apresentam um valor médio de 559 com uma dispersão de 144%, os Abrangidos apresentam um valor médio de 141 com uma dispersão de 19%, a Dotação apresenta um valor médio de 4.257.174 € com uma dispersão de 28%, os Pagamentos apresentam um valor médio de 1.909.230 € com uma dispersão de 21%.

4.3.6 TAXA DE DESEMPREGO

Tabela 21 Dados Taxa de Desemprego

Mês	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Janeiro	10.10	11.20	12.20	14.80	18.00	15.30	14.00	12.20	10.20	8.00	6.70
Fevereiro	10.30	11.50	12.60	15.20	17.80	15.20	13.70	12.30	10.00	7.70	6.70
Março	10.60	11.60	12.90	15.60	17.80	15.10	13.40	12.10	9.90	7.60	6.60
Abril	10.80	11.90	12.90	16.10	17.70	15.10	13.10	11.90	9.70	7.30	6.70
Maiο	11.00	12.10	13.20	16.30	17.90	15.00	12.80	11.60	9.50	7.30	6.80
Junho	11.30	12.40	13.20	16.50	17.70	15.10	12.80	11.50	9.40	7.00	6.70
Julho	11.50	12.40	13.30	16.70	17.70	14.90	12.80	11.30	9.20	7.00	6.60
Agosto	11.70	12.40	13.60	17.30	16.90	14.20	12.80	11.30	9.00	7.10	6.50
Setembro	11.30	12.30	14.10	17.30	16.60	14.00	12.90	11.30	8.80	6.70	6.70
Outubro	11.30	12.10	14.20	17.60	16.30	14.10	12.80	10.90	8.60	6.70	6.60
Novembro	11.20	12.20	14.60	17.70	16.00	13.90	12.60	10.70	8.20	6.80	6.80
Dezembro	11.30	12.20	14.90	18.00	15.60	13.90	12.40	10.30	8.00	6.70	6.80

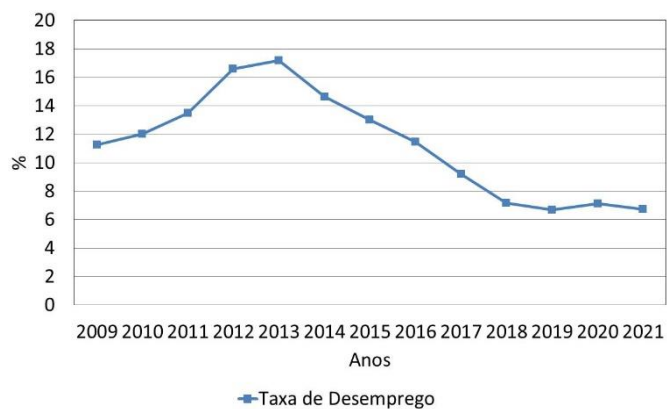
OCDE, taxa de desemprego de 2009 a 2019 adaptado.

Em virtude de os dados anteriores serem trabalhados anualmente, são calculados os valores médios das Taxas de Desemprego anuais, que serão posteriormente utilizadas.

Tabela 22 Dados Taxa de Desemprego (Média Anual)

Ano	Taxa de Desemprego
2009	11,28
2010	12,03
2011	13,48
2012	16,59
2013	17,17
2014	14,65
2015	13,01
2016	11,45
2017	9,21
2018	7,16
2019	6,68

Gráfico 15 Taxa de Desemprego (Média Anual)



Autoria própria

Relativamente a valores, a Taxa de Desemprego (Média Anual) varia entre o máximo de 17,17 em 2013 e o mínimo de 6,68 em 2021.

Tabela 23 Estatísticas: Taxa de Desemprego (Média Anual)

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
Taxa de Desemprego	11	12,06	3,44	29%	6,68	17,17

Na amostra, a Taxa de Desemprego (Média Anual) apresenta um valor médio de 12,06% com uma dispersão de 29.

Modelos de regressão explicativos da Taxa de Desemprego

4.3.7 COM AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES APOIOS À CRIAÇÃO DO PRÓPRIO EMPREGO – PAECPE, LINHA DE APOIO À CRIAÇÃO DE EMPRESAS E DE EMPREGO E INVESTE JOVEM

Neste primeiro modelo de regressão são utilizadas como variáveis independentes os programas Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE (Abrangidos), Linha de Apoio à Criação de Empresas (Pagamentos) e de Emprego e Investe Jovem (Pagamentos).

A escolha destas variáveis prende-se com o facto de serem as que apresentam mais observações e de fazer mais sentido analisar o efeito do número de Abrangidos em vez do efeito das Metas e também o efeito dos Pagamentos em vez do efeito da Dotação. São apresentados os resultados mais relevantes para o modelo de regressão inicialmente construído.

Tabela 24 Coeficientes de determinação

R	R ²	R ² Ajustado	Erro padrão da Estimativa	Durbin-Watson
,839	,703	,576	2,23973	1,608

O coeficiente de determinação indica que 70,3% da variação que ocorre na variável dependente Taxa de Desemprego é explicada pelas variáveis incluídas no modelo. O coeficiente de determinação ajustado é de 57,6%.

Tabela 25 ANOVA e Teste F

Soma dos Quadrados	gl	Média dos quadrados	F	p
83,203	3	27,734	5,529	* 0,029
35,115	7	5,016		
118,318	10			

* p<0,05

O teste F, à significância global do modelo, é validado por apresentar significância inferior a 5% ($p=0,029$), o que permite rejeitar a hipótese de não existirem variáveis independentes significantes para o modelo.

Tabela 26 Coeficientes das variáveis no modelo e nível de significância

	B	DP	IC a 95%		t	p
			LI	LS		
(Constante)	3,631	6,880	-12,638	19,900	,528	0,614
Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE (Abrangidos)	0,00589	0,00184	0,00154	0,01024	3,204	* 0,015
Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego (Pagamentos)	-3,37E-7	1,90E-7	-7,86E-7	1,13E-7	-1,772	0,120
Investe Jovem (Pagamentos)	-1,79E-6	2,80E-6	-8,40E-6	4,83E-6	-,638	0,544

B e DP – estimativas do coeficiente e desvio padrão para a variável i.

* p<0,05

t – teste t de Student. IC a 95% – limites inferior e superior do intervalo de confiança a 95% para B

A estimativa do coeficiente B que apresenta valor positivo contribui positivamente para o aumento da variável dependente Taxa de Desemprego, tendo as estimativas negativas o efeito contrário: uma variação de uma unidade na variável independente provoca uma variação média esperada na variável dependente igual ao valor da estimativa do coeficiente. O valor de prova p do teste t de Student para cada variável indica-nos a probabilidade dessa variável tomar um valor nulo no

modelo, não sendo significativa, sendo as variáveis com valores de prova inferiores a 5% significantes para o modelo, ou seja, para a explicação da variável dependente Taxa de Desemprego.

A variável significativa para o modelo indica que:

- A variação de uma unidade na variável “Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE (Abrangidos)” provoca uma variação média da variável dependente “Taxa de Desemprego” de $B=0,00589$, que é estatisticamente significativa ($B=0,00589$, $p=0,015$).

As variáveis não significativas para o modelo indicam que:

- A variação de um Euro na variável “Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego (Pagamentos)” provoca uma variação média da variável dependente “Taxa de Desemprego” de $B=-3,37E-7$, mas que não é estatisticamente significativa ($B=-3,37E-7$, $p=0,120$);
- A variação de um Euro na variável “Investe Jovem (Pagamentos)” provoca uma variação média da variável dependente “Taxa de Desemprego” de $B=-1,79E-6$, mas que também não é estatisticamente significativa ($B=-1,79E-6$, $p=0,544$).

Assim sendo, os Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE (Abrangidos) têm um efeito positivo estatisticamente significativo na Taxa de Desemprego, portanto, a Taxa de Desemprego aumenta com o aumento do número de Abrangidos no programa Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE; quanto aos programas Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego (Pagamentos) e “Investe Jovem (Pagamentos), o seu efeito sobre a Taxa de Desemprego não é significativo neste modelo.

Análise dos pressupostos do modelo

Os modelos de regressão devem cumprir determinados pressupostos, cuja verificação valida os modelos desenvolvidos. Deste modo, torna-se necessária a concretização de testes estatísticos, que incluem análise gráfica de resíduos, estudo da multicolinearidade (correlação entre variáveis independentes), análise da homocedasticidade (variância constante dos termos de erro) e medida da auto-correlação, com o objectivo de validar os modelos.

Em primeiro lugar será verificada a homocedasticidade que significa “variância constante”, utilizando o teste de Levene à homogeneidade das variâncias dos resíduos, em dois grupos aleatoriamente constituídos, que produz os seguintes resultados.

Tabela 27 Estatística Levene

Estatística de Levene	gl1	gl2	p
1,650	1	3	0,289

Uma vez que o valor de prova ($p=0,289$) é superior a 5%, conclui-se pela não rejeição da hipótese nula de homogeneidade de variâncias, o que vem confirmar a verificação deste pressuposto.

Um segundo pressuposto a analisar é a inexistência de auto-correlação (independência) entre as variáveis independentes, através do teste de Durbin-Watson, que permite verificar se os termos de erro são independentes, ou seja, se o parâmetro de auto-correlação é nulo.

Para testar a hipótese nula da autocorrelação ser igual a zero, para um nível de significância de 5%, utilizam-se as tabelas de Savin e White, em que, para 3 variáveis independentes e amostras de dimensão 11 se obtém $dL=0,595$ e $dU=1,928$.

Se o valor observado da estatística de teste é menor que dL , rejeita-se a hipótese da autocorrelação ser igual a zero e aceita-se a hipótese de existir autocorrelação positiva, se a estatística de teste é superior a dU , não se rejeita a hipótese nula, se o valor da estatística de teste estiver entre dL e dU , o teste é inconclusivo.

A estatística de teste apresenta o valor de 1,608, encontrando-se entre os limites de dL e dU , pelo que o teste é inconclusivo, mas não se aceita a hipótese de existir autocorrelação.

Um terceiro pressuposto define que os resíduos devem seguir uma distribuição normal, podendo ser verificado pelo teste Kolmogorov-Smirnov (K-S), com a correção de Lilliefors, apresentado de seguida.

Tabela 28 Estatística Lilliefors

Estatística (Lilliefors)	K-S liberdade	Graus de prova	Valor de
,204	5		> 0,200

Exige-se um nível de significância de 5% para não rejeitar a hipótese dos resíduos seguirem uma distribuição normal, o que sucede para este modelo, pois o valor de prova é superior a 20%, pelo que não se rejeita a hipótese dos resíduos seguirem uma distribuição normal.

Finalmente, importa verificar o pressuposto da ausência de multicolinearidade, em que o fator de inflação da variância (FIV) é uma medida da multicolineariedade, que contabiliza a inflação sofrida

pela variância dos coeficientes de regressão estimados, provocada pela correlação entre variáveis. Pode ser demonstrado que este fator, para uma variável k, é:

$$(FIV)_k = (1 - r_k^2)^{-1} \quad k = 1, 2, \dots, p-1$$

onde r_k^2 corresponde ao coeficiente de determinação, quando a variável independente k é relacionada, através de um modelo de regressão linear, com as restantes (p-2) variáveis independentes.

Valores elevado do FIV são indicadores de multicolinearidade, considerando-se valores superiores a 2 influenciadores das estimativas dos coeficientes de regressão.

Tabela 29 FIV

	FIV
Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE (Abrangidos)	1,041
Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego (Pagamentos)	1,040
Investe Jovem (Pagamentos)	1,000

Os valores de FIV são inferiores ao valor de referência de 2 para todas as variáveis, pelo que não se verifica multicolinearidade.

A análise do modelo construído permite concluir que podem ser aplicados para os dados estudados, uma vez que cumpre todos os pressupostos.

4.3.8 COM AS VARIÁVEIS INDEPENDENTES TOTAL DE ABRANGIDOS E DE PAGAMENTOS, EM TODOS OS PROGRAMAS

Criação e análise descritiva das novas variáveis

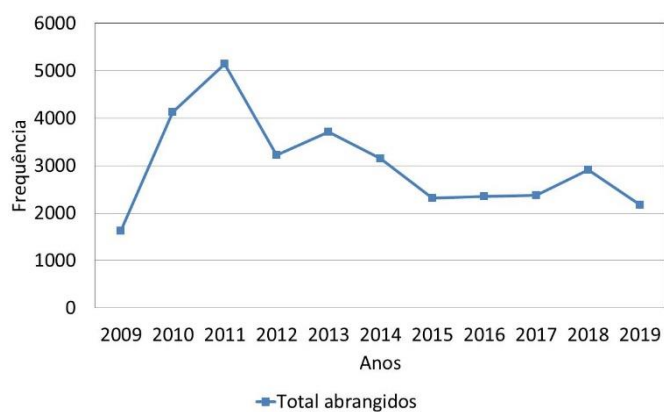
Foram criadas duas novas variáveis, representativas do total de abrangidos e do total de pagamentos realizados no âmbito dos quatro programas em análise: CPE - Criação de Postos de Trabalho, Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE, Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego e Investe Jovem.

Tabela 30 Dados Total abrangidos e Total pagamentos

Ano	Total abrangidos	Total pagamentos
2009	1625	10.809.071,84 €
2010	4130	5.729.782,32 €
2011	5146	14.497.261,78 €
2012	3223	701.580,53 €
2013	3713	352.741,67 €
2014	3147	2.109.398,37 €
2015	2322	4.364.477,36 €
2016	2357	7.654.459,31 €
2017	2382	4.628.726,23 €
2018	2910	8.139.610,52 €
2019	2175	10.396.139,90 €

Autoria Própria

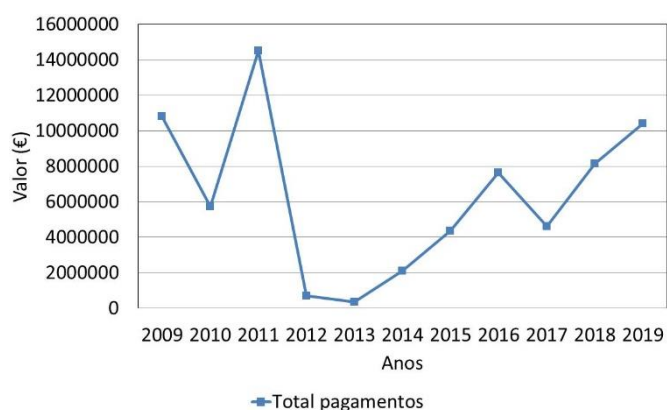
Gráfico 16 Total abrangidos



Autoria própria

O valor do Total de Abrangidos varia entre 5146 em 2011 e 1625 em 2009, aumentando de 2009 para 2011 e com uma tendência de diminuição a partir de 2011 até 2015, mantendo-se depois relativamente constante até 2019, com um pico no ano de 2018.

Gráfico 17 Total pagamentos



Autoria própria

O valor do Total de Pagamentos varia entre 352.741,67 € em 2013 e 14.497.261,78 € em 2011, diminuindo de 2009 para 2010, aumentando de 2010 para 2011, diminuindo de 2011 para 2012, depois diminui muito ligeiramente de 2012 para 2013, com uma tendência de aumento a partir de 2013 até 2019, com um pico negativo no ano de 2017.

Tabela 31 Estatísticas: Total abrangidos e Total pagamentos

	N	Média	Desvio Padrão	Coef. Variação	Mínimo	Máximo
Total abrangidos	11	3012	1015	34%	1625,00	5146,00
Total pagamentos	11	6.307.568 €	4.479.522 €	71%	352.742 €	14.497.262 €

Na amostra, o Total abrangidos apresenta um valor médio de 3012 com uma dispersão de valores de 34%, o total de pagamentos apresenta um valor médio de 6.307.568 € com uma dispersão de 71%.

Modelo de regressão

Neste segundo modelo de regressão são utilizadas variáveis independentes as variáveis criadas no ponto anterior, total abrangidos e total pagamentos, com os seguintes resultados.

Coeficientes de determinação

Tabela 32 Coeficientes de determinação

R	R ²	R ² Ajustado	Erro padrão da	
			Estimativa	Durbin-Watson
,741	,550	,437	2,58092	1,231

O coeficiente de determinação indica que 55,0% da variação que ocorre na variável dependente Taxa de Desemprego é explicada pelas variáveis incluídas no modelo. O coeficiente de determinação ajustado é de 43,7%.

Tabela 33 ANOVA e Teste F

Soma dos Quadrados	gl	Média dos quadrados	F	p
65,029	2	32,514	4,881	* 0,041
53,289	8	6,661		
118,318	10			

* p<0,05

O teste F, à significância global do modelo, é validado por apresentar significância inferior a 5% (p=0,041), o que permite rejeitar a hipótese de não existirem variáveis independentes significantes para o modelo.

Tabela 34 Coeficientes das variáveis no modelo e nível de significância

	B	DP	IC a 95%		t	p
			LI	LS		
(Constante)	10,063	2,739	3,747	16,379	3,674	0,006
Total			-			
abrangidos	0,00162	0,00081	0,000237	0,003478	2,011	0,079
Total						
pagamentos	-4,56E-07	1,82E-07	-8,77E-07	-3,56E-08	-2,501	* 0,037

B e DP – estimativas do coeficiente e desvio padrão para a variável i.

* p<0,05

t – teste t de Student. IC a 95% – limites inferior e superior do intervalo de confiança a 95% para B

A variável significativa para o modelo indica que:

- A variação de um Euro na variável “Total pagamentos” provoca uma variação média da variável depende “Taxa de Desemprego” de $B=-4,56E-07$, que é estatisticamente significativa ($B=-4,56E-07$, $p=0,037$).
- A variável não significativa para o modelo indica que:
- A variação de uma unidade na variável “Total abrangidos” provoca uma variação média da variável depende “Taxa de Desemprego” de $B=0,00162$, mas que não é estatisticamente significativa ($B=0,00162$, $p=0,079$);

Assim sendo, o Total de pagamentos tem um efeito negativo estatisticamente significativo na Taxa de Desemprego, portanto, a Taxa de Desemprego diminui com o aumento do total de pagamentos realizados no âmbito dos quatro programas em estudo: CPE - Criação de Postos de Trabalho, Apoios à Criação do Próprio Emprego – PAECPE, Linha de Apoio à Criação de Empresas e de Emprego e Investe Jovem. Em média, a Taxa de Desemprego diminui 0,456% com o aumento de 1.000.000 € (um milhão de euros) no Total de pagamentos realizados no âmbito dos quatro programas. Quanto ao Total de abrangidos nos mesmos quatro apoios, o seu efeito sobre a Taxa de Desemprego não é significativo neste modelo.

Análise dos pressupostos do modelo

A homocedasticidade é analisada recorrendo ao teste de Levene à homogeneidade das variâncias dos resíduos:

Tabela 35 Estatística Levene

Estatística de Levene	gl1	gl2	p
2,454	1	9	0,152

Sendo o valor de prova ($p=0,152$) superior a 5%, conclui-se pela não rejeição da hipótese nula de homogeneidade de variâncias, o que confirma a verificação deste pressuposto.

Quanto à inexistência de auto-correlação entre as variáveis independentes, para 2 variáveis independentes e amostras de dimensão 11 obtém-se $dL=0,758$ e $dU=1,604$.

A estatística de teste apresenta o valor de 1,231, encontrando-se novamente entre os limites de dL e dU , sendo o teste inconclusivo, não se aceita a hipótese de existir autocorrelação.

Um terceiro pressuposto define que os resíduos devem seguir uma distribuição normal, podendo ser verificado pelo teste Kolmogorov-Smirnov (K-S), com a correção de Lilliefors, apresentado de seguida.

Tabela 36 Estatística Lilliefors

Estatística K-S (Lilliefors)	Graus de liberdade	Valor de prova
,204	5	> 0,200

Exige-se um nível de significância de 5% para não rejeitar a hipótese dos resíduos seguirem uma distribuição normal, o que sucede para este modelo, pois o valor de prova é superior a 20%, pelo que não se rejeita a hipótese dos resíduos seguirem uma distribuição normal, verificando-se também este pressuposto.

Relativamente à ausência de multicolinearidade, os valores do FIV são os seguintes.

Tabela 37 Valores FIV

	FIV
Total abrangidos	1,003
Total pagamentos	1,003

Os valores de FIV são inferiores ao valor de referência de 2 para ambas as variáveis, pelo que não se verifica multicolinearidade, cumprindo-se mais este pressuposto.

Esta análise permite concluir que o modelo pode ser aplicados aos dados estudados, uma vez que cumpre todos os pressupostos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo incidiu sobre a medida ativa de emprego Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego no período compreendidos entre os anos de 2009 e 2019, exceção feita ao apoio específico referente aos jovens empreendedores, o chamado Investe Jovem cujo período de análise incide sobre os anos compreendidos entre 2015 e 2019.

No que diz respeito à criação de postos de trabalho através dos dados de Criação do Próprio Emprego (CPE), podemos observar um baixo número de candidaturas aprovadas em 2011, fruto da alteração da portaria que regulamenta a medida, havendo um acréscimo significativo a meio da década analisada, nomeadamente nos anos de 2013 e 2014, passando para um decréscimo nos anos seguintes.

De acordo com a taxa de desemprego de meados da década, podemos afirmar que é nesta altura que a taxa de desemprego se encontra mais elevada, com tendência para um decréscimo em finais da década, passando para um dígito em 2017, ou seja, 9.21.

Na sequência da análise do Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego foram analisadas as vertentes de Criação do Próprio Emprego, as linhas de Crédito Microinveste e Investemais, bem como o Investe Jovem.

No que diz respeito à Criação do Próprio Emprego o número de abrangidos ultrapassam genericamente as metas, registando-se uma quebra em 2011 altura em que a legislação sofre uma alteração, embora os pagamentos fiquem abaixo da dotação.

Aliás, de uma forma global, no programa PAECPE, também os utentes abrangidos superam as metas previstas pelo IEFP, embora, mais uma vez as dotações fiquem acima dos pagamentos ~

No que diz respeito às Linhas de Crédito também os pagamentos fiquem abaixo das dotações.

Relativamente ao Investe Jovem só temos elementos de análise desde 2015, uma vez que este tipo de apoio direcionado para um tipo de empreendedor mais jovem, entre os 18 e os 35 anos, apenas é criado pela portaria 151/2014 de 30 de julho, apenas havendo candidaturas já no ano civil de 2015.

Podemos considerar que, em face da literatura de suporte e dos dados obtidos, esta Medida Ativa de Emprego surte eficácia no sentido em que o desempregado inscrito no centro de emprego passa a empregado, tornando-se um ativo e contribuinte. Mas, se considerarmos que mais do dobro das empresas em Portugal são empresas em nome individual (dados do INE) no período compreendido entre 2009 e 2019, a real eficácia do incentivo à criação de empresas não é particularmente eficaz na geração de emprego.

Embora esta também seja uma ideia suportada pela literatura, os dados não nos permitem aferir a forma jurídica das empresas criadas, mas estatísticas como as do INE sobre a natureza jurídica destas entidades nos podem levar a crer que estas não são as empresas chamadas de grandes criadores de postos de trabalho.

Não só estas pequenas empresas não são criadoras de postos de trabalho significativo, nem alteram significativamente a taxa de desemprego, e também não são, por si só, grandes criadoras de riqueza, desde logo pela condicionante de valor a faturar previsto na lei

Em todos as medidas podemos considerar são superados os números em termos de candidatos abrangidos, mas não em termos de dotação.

Com suporte da literatura podemos facilmente distinguir o empreendedor de necessidade, o que se encontra desempregado, sem opção para o regresso ao mercado de trabalho que não a criação do próprio emprego. Este pode não ser necessariamente o empreendedor com mais competências para criar o seu próprio emprego, mas é efetivamente aquele que precisando de criar o seu negócio, recorre aos incentivos.

Em contrapartida, temos o empreendedor que a literatura reconhece como mais habilitado em termos de criar o seu próprio negócio, que raras vezes se encontra na situação de desemprego, e que, independentemente dos incentivos irá criar o seu próprio negócio.

Claramente, desde logo por uma questão de elegibilidade à medida ativa de emprego estudada, o Programa de Apoio ao Empreendedorismo se dirige ao empreendedor de necessidade, ou seja, aquele que não encontra resposta no mercado de trabalho.

Assim sendo, será importante manter os incentivos do estado no sentido da criação do próprio emprego, retirando assim os utentes da situação de desemprego e, em simultâneo, passando a contribuir ativamente para o sistema social. Não podemos, no entanto, concluir que estes incentivos serão a resolução de todos os problemas de desemprego, sobretudo considerando a dimensão das empresas criadas e o seu baixo perfil de criação de emprego.

Do ponto de vista das despesas que os benefícios de prestações de desemprego acarretam ao sistema de segurança social, esta é uma resposta positiva no sentido de passarem de uma situação de beneficiários a contribuintes da segurança social.

6 CONCLUSÃO

O presente trabalho incidiu sobre uma Medida Ativa de Emprego, o Programa de Apoio ao Empreendedorismo e à Criação do Próprio Emprego nos anos compreendidos entre 2009 e 2019, tendo como objetivo calcular em que medida:

- Os Incentivos governamentais promovem o emprego?
- A criação do próprio emprego influencia o nível de emprego?

Foram analisados dados relativos aos beneficiários de prestações de desemprego que criam o seu próprio emprego acedendo, para tal, ao montante parcial ou global das prestações que teriam direito.

Também nesta medida ativa de emprego também foram analisadas as linhas de crédito ao dispor dos desempregados inscritos no centro de emprego denominadas de Microinveste e Investemais, bem como uma submedida direcionada para um empreendedor mais jovem com o nome de Investe Jovem.

Foi abordado não só o enquadramento teórico e legal da medida, bem como a estatísticas relacionada com o desemprego, o empreendedor, o seu perfil, os custos da segurança social com as prestações sociais e o tipo e natureza jurídica das empresas mais comuns.

Com o suporte da literatura, apoio de dados estatísticos de entidades como o INE, Pordata, Segurança Social, IEFP e OCDE, associado à abordagem metodológica, foi possível medir a eficácia dos incentivos públicos na criação de emprego.

Podemos concluir que estes têm um contributo positivo na geração de emprego, desde logo, pela transição do indivíduo da situação de desemprego para a situação ativa. De beneficiário de prestações de desemprego, ou do simples facto de estar inscrito num centro de emprego, o indivíduo passa a contribuir para a segurança social.

Assim sendo, os incentivos públicos estudados terão um efeito positivo sobre a taxa de desemprego, ou seja, contribuir para a redução do desemprego, gerando e criando posto de trabalho.

Podemos considerar que os referidos incentivos promovem o emprego, uma vez que são aplicados junto da população ativa desempregada, inscrita em centros de emprego de Portugal Continental, fica a dúvida de se os incentivos são aplicados da forma mais eficaz, uma vez que a literatura mede a taxa de emprego, mas tem mais dificuldade de reunir consenso no que diz respeito ao conceito de empreendedorismo.

A literatura e os dados estatísticos das diversas entidades consultadas também nos demonstram que, quer pelo perfil como pela forma jurídica, a grande maioria das empresas são de dimensão micro

e empresas individuais. Assim sendo, e através dos dados obtidos, é possível identificar que os postos de trabalho criados são do promotor, outrora desempregado, que se torna empresário.

A maioria das empresas não tem assim funcionários a cargo, esta é uma conclusão que os dados estatísticos e a literatura suportam e que nos demonstram que neste caso as empresas em questão não só não são geradoras de emprego significativo, nem tão pouco de riqueza, desde logo pelo valor máximo de faturação que implicam.

Nesta perspetiva, podemos considerar os incentivos governamentais não só promovem o emprego, como esta criação do próprio emprego influencia o nível de emprego, mas tal não significa alterações significativas na taxa de desemprego nem na geração de riqueza.

A grande vantagem da saída da situação de desemprego passa também por o indivíduo sair da condição de desempregado, beneficiário da prestação de desemprego para a condição de contribuinte e ativo empregado e isso, como é óbvio tem benefícios para qualquer sistema de segurança social.

Neste sentido é também apoiado pela literatura que os centros de emprego têm um papel fundamental, uma vez que o reforço de efetivos nestes organismos que põem em prática as políticas públicas de emprego pode levar à redução do período de desemprego, com consequências para o sistema da segurança social

De acordo com dados da OCDE também é possível perceber que o nível de emprego por conta própria em Portugal está acima dos países da União Europeia, nos anos compreendidos entre 2009 e 2019, embora a tendência seja no sentido decrescente, o que de acordo com Remeikiene e Startiene (2009) se deve ao facto de Portugal ter um empreendedorismo de carácter de “subsistência”. Este facto, por si só é demonstrativo da baixa geração de riqueza e, por consequência, na criação de emprego.

6.1 ESTUDOS FUTUROS

Teria sido interessante conseguir obter dados mais pormenorizados sobre o tipo de empresas criadas, nomeadamente quanto aos postos de trabalho criados por empresa e à forma jurídica em que o empreendedor se decide constituir.

O trabalho incidiu sobre os utentes inscritos nos centros de emprego do território nacional nos anos compreendidos entre 2009 e 2019, altura em que o país e o mundo viveram a reta final de uma crise das dívidas soberanas com taxas de desemprego mais elevadas e menos possibilidades de respostas no mercado de trabalho. Esta é, tendencialmente, um período de maior busca de informação sobre respostas no sentido da criação do próprio emprego.

Uma vez que a literatura também nos demonstrou que muitas vezes estes incentivos também atraem o pior perfil de empreendedores, ou seja, aqueles que não têm necessariamente as competências mais adequadas para darem início ao seu próprio negócio, seria interessante interrelacionar os números da criação do próprio emprego com a frequência de formação na área do empreendedorismo, potenciando assim a capacidades que cada promotor poderá desenvolver no sentido da criação do seu próprio emprego.

Penso que também seria interessante verificar o tempo médio de vida de cada um destes projetos com acesso ao incentivo, uma vez que nos permitiria perceber a sua duração, o volume de riqueza criado e até consultar a percentagem de postos de trabalho criados em determinados momentos na vida da entidade.

7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acs, Z., Astebro, T., Audrestsh, David, Robinson, David. (2016). *Small Bus Econ.* 51.47:35
- Acs, Z. (1992). The determinants of variations in self-employment rates across countries over time. *Wissenschaftszentrum Berlin für Sozialforschung, Research Unit, Market Processes and Corporate Development*
- Astebro, T. (2012). Returns to entrepreneurship. In D. Cummins (Ed.), *Handbook of entrepreneurship finance* (pp. 45-108). New York: Oxford University Press.
- Astebro, T. (2017). The private financial gains to entrepreneurship: Is it a good use of public money to encourage individuals to become entrepreneurs?. *Small Bus Econ.* 48. 323:329.
- Astebro, T., & Tag, J. (2015). Entrepreneurship and Job Creation. IFN Working Paper No.1059. Disponível em SSRN: <http://ssrn.com/abstract=2576044>.
- Baglioni, S. e Mota, L. (2013). Alike but not alike: Welfare state and unemployment policies in Southern Europe. Italy and Portugal compared. *International Journal of Social Welfare.* 22.319:327
- Batista, R., Thurik, A.R.. 2007 "The relationship between entrepreneurship and unemployment: Is Portugal an outlier?", *ScienceDirect* :75-89.
- Baumgartner, H.J. e Caliendo, M., 2007. "Turning Unemployment into Self-employment: Effectiveness and Efficiency of Two Start-up Programs. *Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for Study of Labor*
- Baumgartner, H.J. e Caliendo, M., 2008. "Turning Unemployment into self-employment: effectiveness of two start-up Programmes. *Oxford Bulletin of Economics and Statistics.* 70, 3 :347-373.
- Bergman, H. e Stenberg, R., 2007. "The changing face of entrepreneurship in Germany". *Small Business Economics,* 28 :205-221.
- Bryman, A. (2001) *Social Research Methods.* Oxford: University Press.
- Caliendo, M., Hogenacker, J., Kunn, S., Wieber, F.. (2015). *Forschungsinstitut zur Zukunft der Arbeit Institute for the Study of Labor*
- Caliendo, M., e Künn, S. 2011, "Star-ups subsidies for the unemployed: Long-term evidence and effect heterogeneity". *Journal of Public Economics,* 95 (3): 311-331.
- Caliendo, M e Kritikos, A.S, 2010, "Start-ups by unemployed: characteristics, survival and direct employment effects " *Small Business Economics,* 35 (1) : 71-92.

- Card, D., Kluve, J. e Weber, A. .2018. "What Works? A meta analysis of recent active labor market program evaluations". *Journal of the European Economic Association*. 16 (3): 894-931.
- Carre, M.A. e Turik, A.R. 2010. "The impact of entrepreneurship on economic growth". *Handbook of Entrepreneurship Research*. New York, Springer.
- Conceição, P., Heitor M. e Veloso, F. 2003. "Innovative shocks and productivity". Mimeo, IN+ Center for Innovation, Technology and Policy Research, Instituto Superior Técnico, Lisboa.
- Congregado, Emilio, Golpe, António A., Carmona, Mónica. 2010. Is it a good policy to promote self-employment for job creation? Evidence from Spain. *Journal of Policy Modeling*. :828-842
- Dvoulety, O e Lukes, M., .2016. "Do self-employment policies make a positive impact?" *International Review of Entrepreneurship*. 14 (3): 361-376.
- Elezaj, L., Gjipali, A., Ademaj, S.,.2019."The impact on employment of active labour market policies: an evaluation of public employment services (PES) in Kosovo".*South East European Journal of Economics and Business*.:61-71
- Gorter, C., Kib, G.(1996). Estimating the effect of Counseling and Monitoring the Unemployment Using a Job Search Model. *Journal of Human Resources*.31. 590:610
- Hainmueller, J, Hofmann, B., Krug, G., Wolf, K.. (2016) Do lower Caseloads Improve the Performance of Public Employment Services? New Evidence from German Employment Offices. *Journal of Economics*. 118(4) 941:974
- Hamilton, B. (2000). Does entrepreneurship pay? An empirical analysis of the returns to self-employment. *Journal of Political Economy*. 108.604:631
- Henrekson, M, Stenkula, M..2009."Entrepreneurship and public policy". *Research Institute Of Industrial Economics*
- Hundley. G. (2001). Why and when are self-employed more satisfied with their work? *Industrial Relations: A Journal of Economy and Society*. 40(2).293:142.
- Hurst, E.,&Pugsley, B.(2011).What do small business do? *Brookings Papers on Economic Activity*. 43(2). 73:142.
- Laffineur, C., Barbosa, S., Fayolle, A. e Nziali, E., 2017, "Active labor market programs, effects on entrepreneurship and unemployment". *Springer Science Business Media New York* 49 :890-918
- Parker, S. C. e Robson, M. T.. 2004."Explaining international variations in selfemployment : evidence from a panel of OECD countries" *Southern Economic journal* :287-301
- Pfeiffer, F e Reize, F. (2000). Business Start-Ups by the Unemployed – an Econometric Analysis Based on Firm Data. *Labour Economics*. 7.629:663.

Remeikiene, Rita, Grazina Startiene. (2009). Does the interaction between entrepreneurship and unemployment exist?. *Economics & Management*

Reynolds, Paul (1991). *Sociology and Entrepreneurship: concepts and contributions. Entrepreneurship Theory and Practice* :47-70.

Ritsila, J e Tervo, Hannu. 2002. "Effects on Unemployment on a New Firm formation: micro-level panel data evidence from Finland". *Small Business Economics*, vol.19

Shane, S, 2009, "Why encouraging more people to become entrepreneurship is a bad public policy". *Small Business Economics*, 33(2) :141-149

Storey, D. J., 1991."The Birth of New Firms – Does Unemployment Matter?" A Review of the Evidence, *Small Business Economics* : 435-457.

Thurik, R., Carree, M. A., e Stel, A. van. 2008. "Does self-employment reduce unemployment?". *Journal of Business Venturing* :673-686

Van de Berg, G.J, Van der Klaauw, B. (2006). Counseling and Monitoring of Unemployment Workers: Theory and Evidence from Controlled Social Experiment. *International Economic Review*. 47. 895:936

Venn, D.(2009). Legislation, collective bargaining and enforcement: Updating the OECD employment protection indicators.OECD Social, Employment and Migration Working. 89

Verheul, I., Stel, A.van, Thurik, R e Urbano, David. 2006." The Relationship between Business Ownership and Unemployment in Spain: a Matter of Quantity or Quality?", Erasmus University Rotterdam, Centre for Advanced Small Business Economics.

Williams, N. e Williams C. C.. 2012." Evaluation the sociospatial contingency of entrepreneurial motivations: A case study of English deprived urban neighbourhoods". *Entrepreneurship & Regional Development*, 24 :661.984

Wit, G (1993). Models of Self-Employment in a Competitive Market. *Journal of Economic Surveys*. 7(4). 367:397

Xu, W.(2018). *Entrepreneurship among the Unemployed: The Effect of Unemployment Benefit.* University of Michigan, Department Of Economics

Zartaloudis, S. (2011). A compass or a spear?The partisan usage of Europe inPortuguese employment-friendly reforms. IN: P. Graziano, S. Jacquot, B. Palier (Eds), *The EU and the domestic politics of welfare state reforms* .175:200. Basingstoke: Palgrave

7.1 PÁGINAS ELETRÓNICAS EXPLORADAS

<https://www.iefp.pt/empreendedorismo>

<https://www.ine.pt>

<http://www.oecd.org/Portugal/>

<https://www.pordata.pt/>

[Portal das Finanças \(portaldasfinancas.gov.pt\)](http://portaldasfinancas.gov.pt)

<https://www.seg-social.pt/>

<https://www.sns.gov.pt/noticias/2020/10/01/reforco-de-recursos-humanos-5/> -

7.2 LEGISLAÇÃO UTILIZADA

Decreto-Lei 65/2012, de 15 de março

Portaria n.º 985/2009, de 4 de setembro com alterações introduzidas pela Portaria n.º 58/2011 de 28 de janeiro, pela Portaria 95/2012, de 4 de abril e pela Portaria n.º 157/2015, de 28 de maio do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social